

Director  
Veloso de Castro

Editor  
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa  
de Publicidade Colonial, L.<sup>a</sup>

Composto e Impresso  
Rua de Seculo, 150

# GAZETA DAS COLONIAS

Assinaturas

Serie de 12 numeros :

Continente e ilhas . 20\$00

Africa Ocidental .. 26\$00

Africa Oriental ... 30\$00

Estrangeiro. .... 50\$00

Publica-se nos dias 10 e 25  
de cada mês

QUINZENARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO : RUA DO GREMIO LUSITANO, 40, 1.º

## ANGOLA—A VIDA INDIGENA

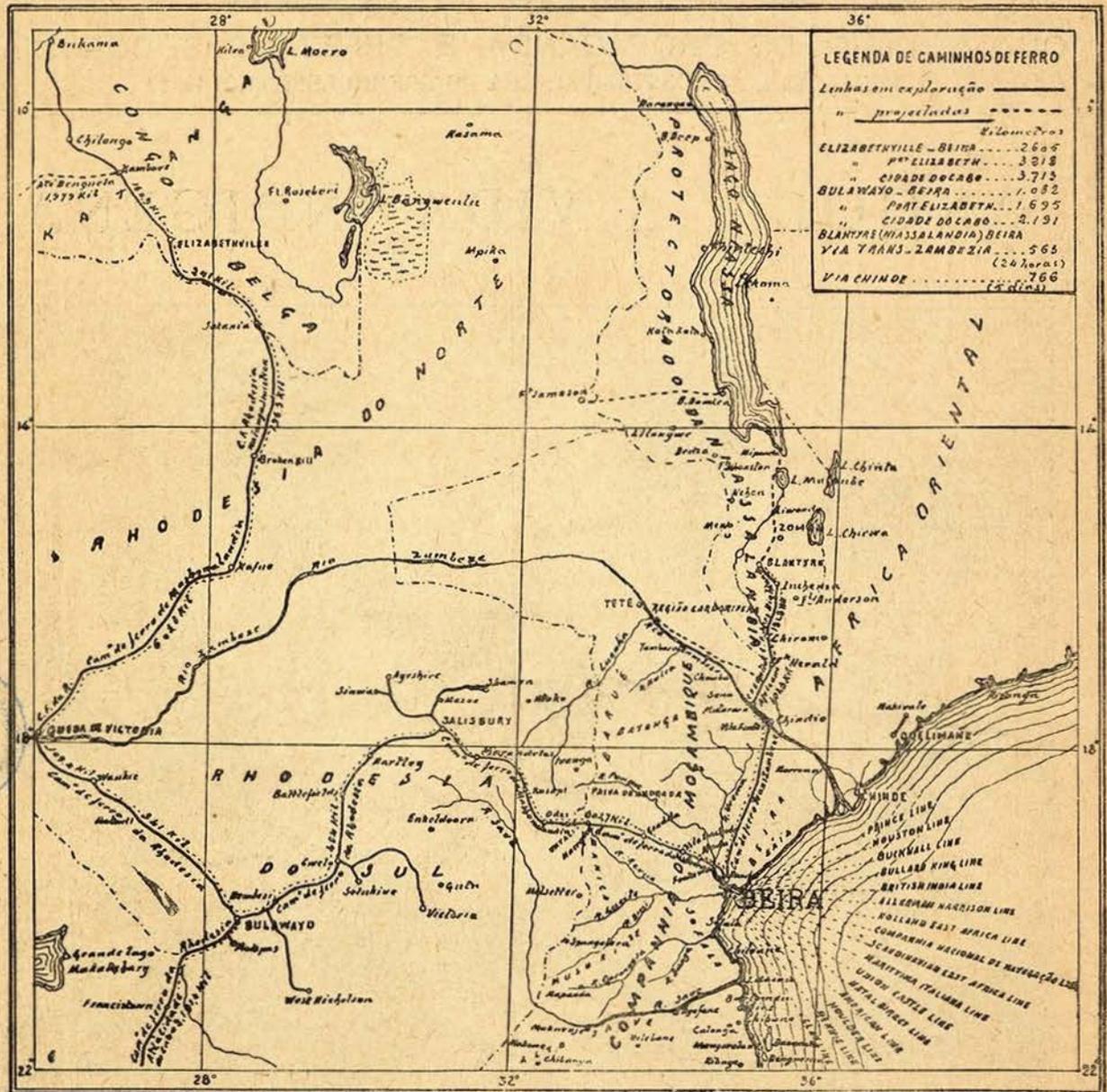


Como se curam das pneumonias na região do Libol

# Companhia de Moçambique

## Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalandia e vale do Zambeze



### Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

# Santos Machado & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros  
fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PÓRTO—(PÓRTUGA)

Endereço telegrafico: SAMALI—Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e  
olama. -- S. THOMÉ E PRÍNCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguela, Mos-  
samedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.

## PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.  
b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

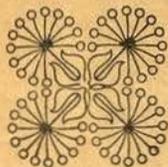
d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais o Sodré — LISBOA

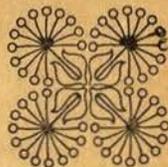
Telefones | C. 1926 | Administração e serviço  
| C. 2992 | de transportes  
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,



SUMÁRIO — 1 — O estado da questão do Zaire.  
2 — Descentralização administrativa.  
3 — Problemas economicos ..... Alcino Vasconcelos  
4 — Fomento agricola colonial..... Melo Geraldos  
5 — As nossas gravuras.  
6 — Organização militar de Moçambique .... Pereira Cabral.  
7 — O futuro de Moçambique..... Mariano de Carvalho  
8 — O futuro das Novas Conquistas ..... Alvaro Viegas  
9 — Angola e os caminhos de ferro do Congo Veloso de Castro



## As relações luso-belgas e o estado da questão do Zaire

A nossa opinião sobre a questão dos portos do Zaire e do caminho de ferro belga do Baixo Congo está formada ha muito com a consciencia que resulta do conhecimento dos territórios e das relações luso-belgas no Congo, aliado ao estudo das conveniencias económicas das duas colónias; tudo presidido por um espirito nacional que jámais afroaxou, nem na teoria das conceções nacionalistas nem na prática do exercicio efetivo, mais perigoso, dos direitos de soberania.

E', portanto, uma opinião, não diremos de valor, mas para considerar sobretudo porque ela está absolutamente liberta dêsse espirito teimoso, de rotina, que amarra muitos a principios insustentaveis, se considerarmos que, com único fundamento num egoísmo deo e sem finalidade, se pôdem opôr ao progresso real e ás conveniencias reciprocas de países abertos á civilização.

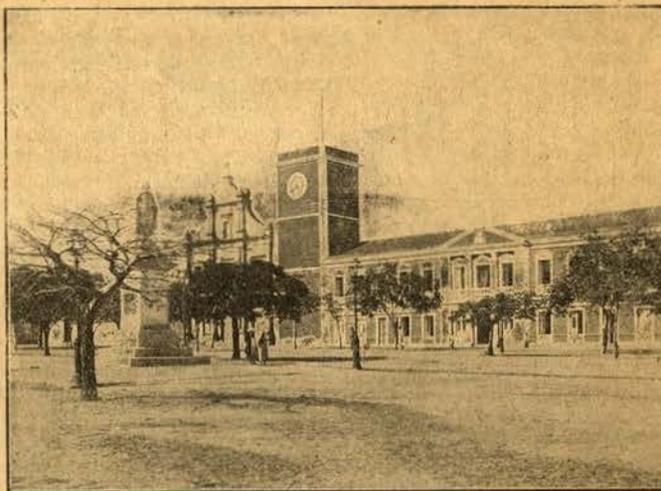
Essa nossa opinião está definida com toda a clareza e precisão nas páginas 529-540 do livro *Angola* que a livraria J. Rodrigues & C.<sup>a</sup> mandou imprimir nos primeiros meses dêsste ano. Não é, portanto, uma opinião recente, e foi provocada pelo inquerito que um jornalista illustre, infatigavel e *português*, o sr. Paulo Osorio, fez em Bruxelas entre os homens eminentes daquêle país acerca das relações luso-belgas.

Resultando dêsse inquerito afirmações categoricas da amizade, um espirito conciliador acerca da questão do Zaire, afirmações indubitaveis de respeito pela nossa soberania e o desejo de uma mutua cooperação económica das nossas colónias com o Congo belga, o que será o primeiro passo a dar para a sua defesa comum; nós não poderíamos deixar de responder á boa vontade extranha, com uma boa vontade igual nos casos

que não afetarem a nossa soberania nacional no Congo. Isto porque não nos convém o odioso papel de *empatas* (passe o plebeísmo, pois não encontramos outro termo mais expressivo), nem hoje podemos alhear-nos, na obra de colonização, dos interesses dos visinhos, como aliás sempre usaram para connosco, pelo menos

dos negocios estrangeiros falou de uma evolução possivel do direito internacional, êle queria, por certo, referir-se a futuros entendimentos sobre utilização das linhas ferreas ou fluviaes, e não á conquista de territórios; que o sr. Vandervelde é um homem superiormente inteligente e sabe encarar as questões á distancia ne-

### Aspectos de Loanda



1 — Praça Salvados Correia na cidade alta

antes da guerra, os nossos amigos belgas.

De entre os depoimentos dêsse inquerito passaram por nós, como nuvem negra, as declarações do proprio ministro dos negocios estrangeiros, a quem aliás já era atribuída uma frase infeliz que lhe aliénara a simpatia dos portugueses. O sr. Paulo Osorio teve occasião ha poucos dias (Diario de Noticias n.º 21.801) de esclarecer as palavras daquêle estadista, declarando que «quando o ministro

cessária, para as abranger em toda a sua amplitude; que êle foi um dos primeiros belgas que compreenderam quanto seria imprudente entabolar negociações com Portugal sobre a base de uma transação de territórios, etc.

Não podemos pôr em dúvida as afirmações do sr. Paulo Osorio, que aceitamos com tanto maior prazer, quanto é certo que entre o sr. Vandervelde e o sr. dr. Betencourt Rodrigues foram concertadas na última

# P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:  
LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMOVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega immediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*  
*Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.<sup>a</sup>*

## Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

## Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega immediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barros e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

## Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo- metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobili- as, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400  
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

SÁ LEITÃO & C.<sup>A</sup>, L. DA R. DA MADALENA, 45, 1.º  
LISBOA

— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

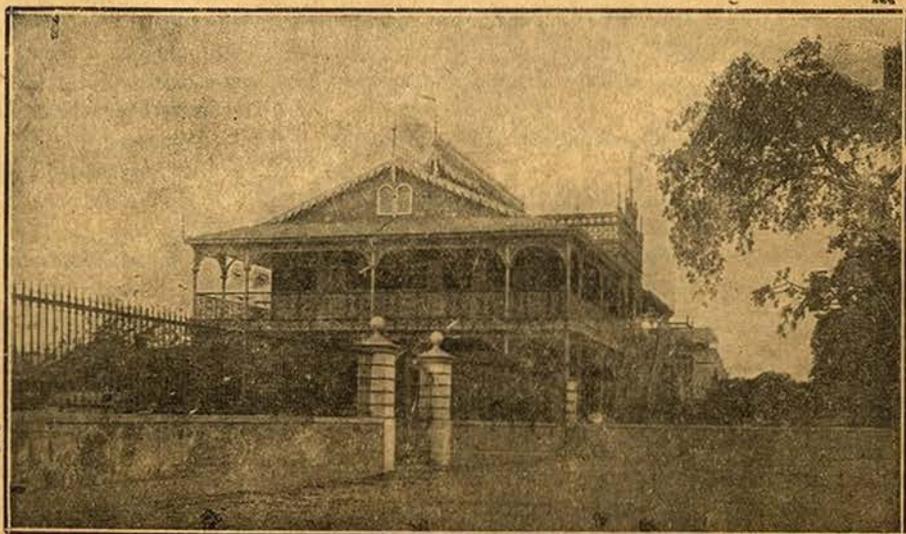
## Importação e Exportação

directa das suas casas em ÁFRICA de todos os productos de ANGOLA (Africa Occidental Portuguesa)

Café, Cacau,  
Coconote, Oleo de  
palma, Urzela,  
Borracha, Cera de  
abelha, Goma  
copal, Marfim etc.

Em deposito para  
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,  
Géneros alimenticios, Fer-  
ramentas, Vinhos, Oleos e  
variadissimos artigos da in-  
dustria nacional e estran-  
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA



2 — Estação do caminho de ferro de Malange

assembleia de Genebra, negociações que permitam a delegados dos dois países estudarem as conveniências de uma mútua cooperação económica nas suas colónias de Africa e concretisar os objectivos essenciais á sua realisação imediata. Isto será importante e decisivo, como convém ao interesse colonial, cujas questões de caracter internacional têm de ser resolvidas com urgencia e prudencia.

\*  
\* \*

Uma noticia transmitida de Bruxelas, ainda ha pouco, attribuindo tambem ao sr. Vandervelde atitudes reservadas sobre a sua opinião ou pensamento ácerca das questões do Zaire, deu ocasião a q e escrevessemos para «O Seculo», o artigo que noutro lugar desta «Gazeta» transcrevemos. Nêle se analisa a questão do Zaire e os termos precisos em que ela pode ser resolvida, sem agravo da nossa soberania, segundo as conveniências, não diremos da colónia belga, mas do nosso proprio interesse e das exigencias universais da colonisação; o que tudo vem a ser: facilitar aos belgas a reconstrução do seu caminho de ferro, valorisar os nossos territórios do Congo e abrir ao trafego universal um pórtio marítimo que será, affinal, o mais importante do Zaire e por assim dizer a chave, em nossa guarda, dos imensos territórios do Congo.

E', como se está vendo, além de uma séria questão internacional, uma melindrosa questão nacional a resolver.

Mas resurgiram logo os receosos nacionalistas de gabinete a protestarem contra qualquer cedencia — por minima que fosse — de territórios; e desta vez, (como no principio do ano

outros que militavam no campo oposto, defendendo ingenuamente o projecto Dryepont), elles foram os inconscientes das questões coloniais que situam o vale do rio Pôzo na foz do Zaire ou preferem as encostas aridas e escavadas dos montes Pôzo, de que ninguem faz caso, aos terrenos de diamantes do Cassai, onde já em 1885 perdemos a margem direita por chegarmos tarde.

A questão porém está arrumada: não haverá cedencia alguma de territórios, ou antes de terrenos, para falarmos com mais propriedade gramatical. Dois dias depois de escrevermos para o último numero da «Gazeta» a promessa de nos occuparmos d'este assunto, assim o declarou o sr. dr. Betencourt Rodrigues, illustre ministro dos negocios estrangeiros, aos jornalistas de Lisboa que para esse fim convocou; mas teve o cuidado de lhes demonstrar, em presenca dos mapas, quanto eram desacertadas as observações dos nacionalistas exaltados. Só a situação especial em que o governo tem de viver por enquanto, a margem da representação parlamentar, e a repugnancia do povo português e do seu governo em alienar territórios, tinham determinado o sr. ministro a opôr ás pretensões do governo belga uma formal recusa.

\* \*

Portanto o Congo belga desiste dos trabalhos que pretendia realizar no vale do Pôzo e procura outras soluções para a transformação da sua linha ferrea de Matadi. Informa-nos disto *L'Essor Colonial et Maritime*, nos seguintes termos:

«Sabemos com effeito, que o governo do Congo perdeu a esperanca de

interessar os nossos visinhos no projecto de rectificação da linha ferrea Leo-Matadi, e que neste momento se procura para o traçado uma variante que não esteja na dependencia da boa vontade portuguesa. Segundo o *Mundele*, ao engenheiro Bailleux, que embarcou no último paquete (23 de setembro) terá sido incumbida a missão de procurar para este problema técnico uma solução definitiva.

«Nem por isso continuaremos menos partidarios dum entendimento económico e moral com a Africa portuguesa. Só a união das nossas duas fraquezas poderá suspender certo projecto mais poderoso que nós. Conciliabulos recentes urdidos nos bastidores de Genebra são a este respeito fartos de ensinamentos.»

Eis um novo tema que teremos de versar em breve: A defeza territorial das colónias de Africa, para o qual é de novo chamada a nossa atenção e, como no começo do ano, oferecida uma leal cooperação.

E por último, podemos acrescentar que a arrumação da questão do Zaire por parte da Belgica, parece atingir a sua fase definitiva com os projectos de transformação dos portos de Matadi e Boma, este na margem direita: são do periodico já citado, em data de 30 de setembro, as seguintes informações:

«Foi mandada a Inglaterra pelo ministro das colonias, uma missão de técnicos com o fim de visitar as instalações dos diferentes portos. Esta viagem teve em vista facilitar o estudo de um vasto projecto cuja realisação irá colocar os portos de Boma, Matadi e Quinchassa á altura das modernas exigencias e dotá-los de material aperfeiçoado.

«Os membros da missão estudaram especialmente os caes flutuantes e trouxeram desta inspecção uma preciosa documentação. De Liverpool foram a Holyhead, a Kingstown e a Londres, regressando com uma bela colheita de ideias que permitirão á repartição das colónias pôr rapidamente em andamento projectos em preparação, que são duma importancia capital sob o ponto de vista do desenvolvimento económico da colónia.»

Como se está vendo, na colónia belga não se perde tempo, nem faltam capitais; porém, caso grave, está escaesando a mão de obra, unico óbice que pode opôr-se á realisação rápida de todos esses projectos.

\*  
\* \*

Finalmente, temos que justificar o parecer que neste assunto emitimos.

Ponhamos de parte a opinião dos que não admitem uma cedencia de terrenos, por minima que seja, e em-

bora sem valor para nós, sem que aloguem qualquer motivo além do teimoso «porque não».

Nem só ácerca das colónias frutifica esta categoria de casmurros que nada fazem nem, talvez por isso mesmo, nada deixam fazer aos outros. E foi assim que ficaram até hoje sem aproveitamento (caso consideravel para a ecónomia nacional) as quedas de Rodam cuja concessão foi patrocinada por um estadista que ninguem pode acusar de anti-patriótico; foi assim que deixaram de construir-se os casinos e hotéis projectados no Castelo de S. Jorge e em S. Pedro de Alcantara — factores consideraveis do progresso da capital; é por isso que se conservam em estado de charneca, no coração da cidade, os terrenos do planeado parque Eduardo VII; é por isso que faltam mercados nos bairros novos e se têm conservado sem hygiene as barracas indecorosas da Ribeira Nova; talvez seja por isso que, consideradas as facilidades modernas da locomoção, alienatorias das grandes distancias, ninguem ainda se lembrou de estabelecer nas regias residencias da Ajuda o Palacio de Justiça; nem ninguem se lembrou de, salvando-o de uma ruína certa, transformar o palacio e jardins de Queluz em Museu Colonial que teria ali magestosas installações para todas as suas divisões: geográfica, historica, industrial, agricola, comercial, botânica e zoologica. E note-se que seria justamente o prazer do passeio, a forma unica de ver concorrido de visitantes nacionais o nosso Museu Colonial.

Deixemos portanto em paz os que nada alegam para fundamentarem a sua recusa á cedencia dos terrenos do Pózo e consideremos as razões sérias que o sr. Paulo Osorio, na communicação ao «Diario de Noticias» acima citado, ouviu de pessoas de vulto em assuntos coloniais.

«Não devemos ceder aos belgas nada que facilite a construção dos seus caminhos de ferro concorrentes dos nossos.»

«Embora a nossa recusa não impeça a reconstrução da linha belga, nada devemos ceder, porque nos fica a satisfação de não ter concorrido para ela.»

Como se vê, o argumento sério, em última análise, cai na forma óca dos teimosos: «não, porque não», apenas para satisfação da vaidade de recusar. Podiamos deixar de continuar; mas aquelas declarações não podem passar em julgado, porque ellas estão em contradição com a verdade dos factos e com o espirito da cooperação mutua com os nossos visinhos que deve presidir á acção colonizadora em Africa, para que resulte eficaz. E nós mesmo, com a Africa do Sul que pode vir a ser a nossa inimiga,

temos sempre praticado essa cooperação necessaria.

O caminho de ferro belga do Baixo Congo, onde vai ser integrada a linha de Matadi, parte de Elisabethville, na Catanga, para Bucama e Ilebo; daqui segue as margens do Cassai e Zaire até Leopoldville e Matadi. Percurso total 1900 quilometros. A nossa linha do Lobito ligará com aquela na Catanga entre Bucama e Elisabethville. Percurso total 1400 quilometros.

As duas linhas são com efeito concorrentes — para o trafego da Catanga e da Rodesia — tanto mais que todo o sistema de caminhos de ferro da Africa central e suas ligações com os oceanos Indico e Atlantico, obedecem a um plano de ordem estratégica e de ordem economica. Mas a linha do Baixo Congo nunca poderá bater a do Lobito, dada a ecónomia de quinhentos quilometros de percurso que a nossa oferece, ecónomia que estará muito longe de ser compensada para os belgas pelas cento e vinte milhas de percurso maritimo entre Benguela e o Zaire.

Os nossos visinhos contam com essas vantagens, do nosso lado, mas nada se incomodam porque sabem muito bem que a super-produção e as necessidades do abastecimento da região mineira — a mais rica do mundo em cobre, ouro, diamantes, ferro e carvão — abrangendo na Africa Central, a oeste dos lagos, nada menos de 1.800 quilometros de norte a sul, hão de oferecer trafego que farte para esses dois caminhos de ferro e mais alguns, sem contar com o trafego da Rodesia que hoje se faz pelas linhas da Africa Oriental e ha-de necessariamente procurar aquelas, pelo consideravel encurtamento das distancias maritimas no caminho da Europa.

Portanto, já se conta com mais um caminho de ferro nosso, o de Malan-

ge. Não o poderá prejudicar o do Baixo Congo, visto que a sua concorrência na Catanga é necessaria e será solicitada; quanto á acção economica que a linha de Malange terá de exercer dentro do nosso proprio território, essa estará perfeitamente afastada de toda a concorrência da linha belga, mesmo quando se tenha de aproximar da fronteira norte da Lunda como parece que acontecerá. Basta analisar a carta para nos convenceremos; só uma péssima administração da linha de Malange poderia fazer desviar para a linha do Baixo Congo o trafego da região nordeste da Lunda, e com isso não temos que contar.

Resta a futura linha de penetração do Congo.

\*  
\* \* \*

Com efeito, os pareceres que em abril deste ano a comissão de engenharia e communicações da nossa Sociedade de Geografia formulou: 1.º — ácerca dos «Acordos e convenções inter coloniais» propostos pela comissão africana com o fim de permitirem uma mutua cooperação no campo economico (dia sete de abril); 2.º — em resposta á consulta do gremio dos estudos do Zaire sobre o problema do porto e caminho de ferro do Zaire (dia desasete de abril), presuppõem a convergencia (talvez concorrência...) das linhas portugueza e belga: «que o traçado da nossa linha do Congo deve, diz aquela comissão, ser orientado no sentido de uma possível ligação com a rede dos caminhos de ferro do Baixo Congo e que deve oferecer possibilidades de bem servir os interesses do Congo belga e até parte do Congo francês.»

A parte a construção do porto, no delta do Zaire, que pode servir bem



3 — Paço episcopal, futura direção das Missões

o Congo belga se nós construirmos tambem uma linha marginal desde Noqui, não descortinamos interesse algum para a colónia belga com a nossa linha de penetração no Congo, porque ela não irá, certamente, correr ao longo da fronteira, nas proximidades da linha belga.

Tambem parece inadmissivel a sua ligação com a do Baixo Congo, porque devendo o seu primeiro objectivo económico ser, necessariamente, as minas de cobre do Bembe, esta circunstância torna-a desde o inicio divergente da linha belga, como conviria aliás mesmo sem essa razão consideravel. Uma vez no Bembe só uma directriz lhe convém -- Damba e Cughu, para valorisar estas riquissimas regiões, afastando-se cada vez mais

da linha do Baixo Congo. Então a sua natural ligação estaria na nossa linha de Malange, passando primeiro junto das grandes quedas do Cuango (serviço do trafego deste rio e aproveitamento da força hidraulica para a sua tração electrica).

Considerar esta linha de penetração do Congo uma linha concorrente da belga do Baixo Congo, é destempero; procurar reconduzi-la á fronteira para a povoação de Maquela, seria insensato.

A ninguem convirá destruir as convenções comerciais derivadas da conferencia de Berlin para os países coloniais da bacia do Congo, que vivem em regime de comercio livre, com igualdade de taxas aduaneiras muito limitadas; se os nossos comerciantes

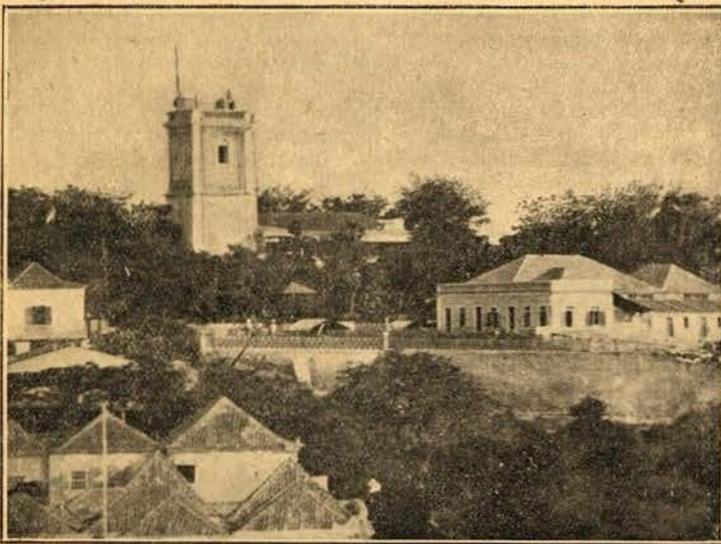
de Maquella e do Cuilo-Cuango estabelecidos ao longo da fronteira norte, têm até hoje utilizado o caminho de ferro belga por não haver outro e por isso estabeleceram sólidas relações comerciais em Matadi, este comercio nem por isso deixou de ser menos português, pode utilizar em Matadi a navegação nacional que frequenta regularmente o porto e o Estado nada perde das suas taxas fiscaes porque são iguais ás de Noqui as que se cobram nos postos das fronteiras interiores.

Portanto a nossa linha de penetração no Congo nada iria fazer, a zigzaguar para a fronteira, para servir um comércio limitado, deixando ao abandono as melhores regiões do nosso Congo; se elle não vai, pela fronteira, levar beneficio algum aos nossos, com o trafego dos belgas ainda menos poderia contar. Quanto ao Congo francês, esse está fora de discussão porque a sua linha Brazzaville-Ponta Negra estará concluida dentro de três a quatro anos.

Nestas circunstancias, onde está no baixo Congo a linha concorrente das nossas? Vê-se, pelo contrário, que, suposta a ideia de ligar a nossa linha do Congo á rede belga do baixo Congo, nós é que poderíamos levar á colónia belga uma concorrência inutil, realisando simultaneamente para o nosso Congo um irreparavel desastre económico.

Não tendo nós nada a recear da concorrência da linha belga do Baixo Congo, nem lhes interessando a nossa, onde arranjaremos «possibilidade de bem servir os interesses do Congo belga?»

Digam-no os mestres.



4 — Observatorio meteorologico

## A descentralização administrativa em Angola e Moçambique

**S**ABEMOS que está decretada a carta orgânica da administração de Angola e que ela não preceitua os principios de descentralização defendidos varias vezes nesta Revista. Talvez seja ainda cedo. Entretanto, a verdadeira doutrina impõe-se sempre, apesar das resistencias da rotina ou dos interesses contrariados, e assim encontramos na nova carta de Angola o germe da futura descentralização, pelo agrupamento dos distritos para a eleição dos vogais representantes dos interesses economicos no Conselho de Governo da colónia.

Esse agrupamento faz-se por distritos, do seguinte modo:

- 1.º — Congo e Zaire.
- 2.º — Malange, Cuanza-Norte e Lunda.
- 3.º — Loanda e Cuanza-Sul.
- 4.º — Benguela, Bié, Mochico e Luchaze.
- 5.º — Mossamedes, Huila e Cuanhama.

Como se vê, é ainda o interesse regional, presidido por características de ordem económica e geográfica, que predomina neste agrupamento,

embora nós preconissemos para os distritos do hinterland um grupo formado por Lunda, Mochico e Luchaze, com sede no Mochico. Lembremo-nos que foi pelo comércio de Benguela, partindo do Mochico, que se fez a primeira penetração comercial da Lunda, e que o caminho de ferro do Lobito não tardará a chegar ao Mochico enquanto que o de Malange só muito mais tarde poderá seguir e certamente será desviado para a região do extremo nordeste da Lunda.

(Continúa na pag. 12).

# PROBLEMAS ECONOMICOS

Pautas de Cabo Verde: o valor agricola e industrial desta colónia e necessidade da sua valorisação

**N**O ultimo artigo expuzemos, a traços rapidos os motivos por que julgamos que a legislação colonial e especialmente a legislação aduaneira era um amontuado de disposições que, contradizendo-se muitas vezes, constituia um conjunto de disposições difficil de sêr estudado e criticado na sua minucia.

Consultada a legislação pautal dos ultimos anos, contamos por centenas o numero de diplomas feitos e orientados mais pelo criterio do oportunismo do que pela vontade firme e acertada de resolver as difficuldades da provincia de Cabo Verde.

De resto, para que as pautas fossem beneficas e propicias ao desenvolvimento de Cabo Verde, precisavam de corresponder aos complexos problemas desta provincia e deveriam tender para a resolução dos seus inumeros e até hoje irresoluveis problemas.

Obedece, porventura, a citada legislação a este pensamento?

Seria pueril afirmá-lo. A provincia de Cabo Verde continua debatendo-se numa horrivel agonia sem que o legislador pautal tenha procurado com suas medidas combater o mal nas suas origens.

A decadencia de Cabo Verde é, todos o sentimos, manifesta e alarmanamente sendo o resultado de um conjunto de circunstancias que bem podem sêr encabeçadas na desorientação administrativa, na falta de competencia, na instabilidade governante e no desejo do prazêr e da ganancia de que se deixaram apossar todas as classes sociais, levando á quasi demencia espiritos que, por natureza, deviam ser superiores.

Mas é preciso reagir, porque Cabo Verde tem condições de vida propria que, bem aproveitadas, lhe poderão proporcionar um risonho futuro.

Toda a vida economica de Cabo Verde gira á volta do desenvolvimento do Porto Grande de S. Vicente que, nestes ultimos tempos, tem perdido muito da sua importancia, a ponto de, em 1824, tendo cruzado os mares de Cabo Verde 17:000 vapôres, apenas 1:145 o demandaram, afim de tomar combustivel.

Varias razões e motivos variados contribuem para explicar e até justificar um facto de si tão evidente e incontestavel.

As causas da decadencia do Porto Grande bem como os remedios a aplicar foram cuidadosamente estudados e expostos pelo distincto tecnico e grande colonial senhor coronel João d'Almeida no seu magnifico relatorio, feito em 1924, e ao qual a imprensa fez os mais rasgados elogios.

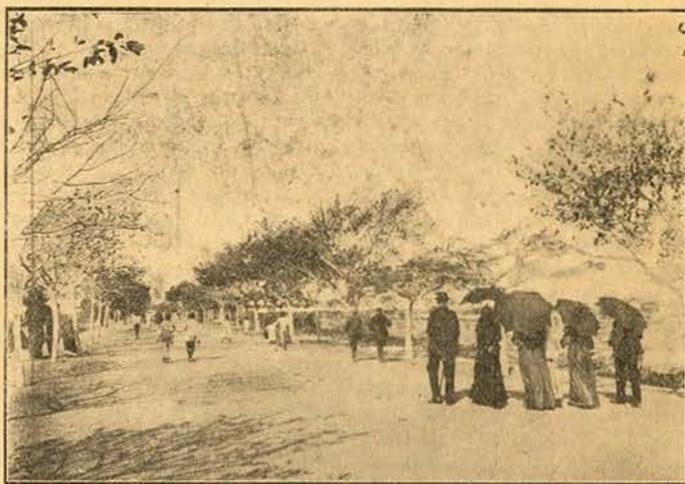
Nesse completo relatorio são pelo insigne colonial tratados desenvolvimento e um a um todos os problemas respeitantes ao Porto Grande bem como as respectivas soluções pelo que me abstenho de a eles me referir.

Mas ¿ para que o regime pautal a

queça daquilo que essa isolada provincia pode vir a sêr desde que a não esqueçamos.

Cuidemos dos seus males e procuremos remediá-los, que num futuro bem proximo o arquipelago poderá viver por si não necessitando para coisa alguma das ajudas da metrópole.

Para isso, e tendo em linha de conta que se encontra muito mais perto da metrópole do que a maioria das outras colónias e por consequencia, em muito melhores condições de efectuar as suas transacções commerciaes, é necessário que o cabo-verdiano se



5 — Avenida do Alto das Cruzes

que está sujeito Cabo Verde possa sêr considerado bom e o mais conveniente, será preciso apenas que ele atente e esteja de harmonia com o desenvolvimento do Porto Grande e com as medidas apontadas pelo senhor coronel João d'Almeida?

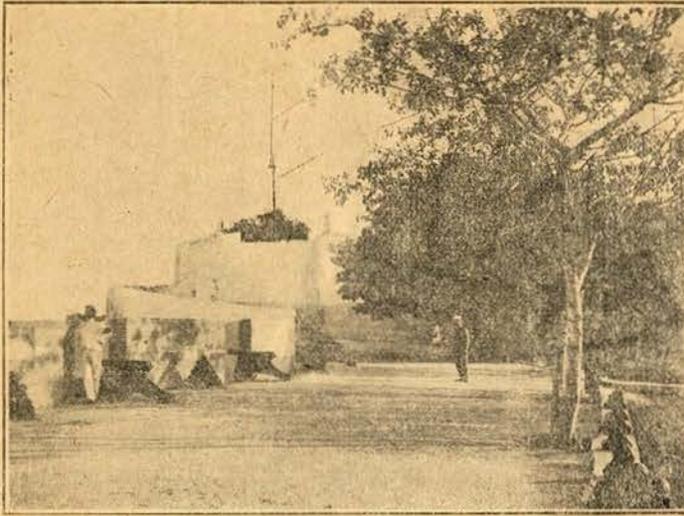
Não, certamente.

O regime pautal da provincia deve ter em consideração tudo que diga respeito e que interesse ao desenvolvimento e economia do arquipelago; e esse desenvolvimento embora dependa, sem dúvida, muito particularmente do desenvolvimento do Porto de S. Vicente tem, contudo, muitos outros aspectos resultantes de condições que permitem à provincia aspirar a sêr tratada com carinho e que lhe dão jus a que a metrópole se não es-

persuada de que tem necessidade de se dedicar à cultura das plantas alimentares mais apropriadas ao clima das ilhas, afim não só de se bastar a si proprio como até de exportar o excedente para a metrópole e colónias vizinhas, para o que a situação da sua colónia lhe oferece inumeras e enormes vantagens.

Como principais causas do atrazo da agricultura nesta provincia tem sido apontadas a falta de chuvas e a ignorancia e o caracter indolente deste povo.

Nestas circunstancias, necessário se torna estudar atentamente o regimen da propriedade rural afim de se poder avaliar se a indolencia não tem causas que, até certo ponto, a justifiquem e que precisem, porventura, sêr



6 — A esplanada da fortaleza de S. Miguel

destruidas com firmeza por medidas governamentais.

Analisando a vida deste povo imediatamente se constata que ele procura trabalho fóra da terra que lhe foi berço quando, porventura, o não encontra na sua terra em condições que lhe permitam viver desafogadamente.

Quando tal succede, o cabo-verdiano emigra para a America ou S. Tomé, procurando á custa de inumeras canceiras alcançar algumas economias que religiosamente envia para a familia para, no regresso ao lár que lhe foi berço poder comprar um pouco de terra, o que constitue a sua maior ambição.

Olhando para as ilhas do Fôgo e Brava, nós vemos a propriedade estar sofrendo uma grande transformação tendendo a passar das mãos dos descendentes dos antigos donatarios para as dos emigrantes regressados da America.

E' já hoje relativamente grande o numero de pequenas propriedades pertencentes áqueles emigrantes, pelo que a propriedade nestas ilhas tende a valorisar-se cada vez mais.

Nestas circunstancias póde concluir-se que a emigração é um desmentido formal á apregoada indolencia deste povo pois se ele emigra é para procurar trabalho remunerador, que não encontra na sua terra.

Um dos maiores males desta provincia é o *regimen da propriedade rural*.

Os proprietarios, não exploram directamente as suas propriedades, limitando-se a dividi-las em parcelas que arrendam, amavelmente, por uma quantia combinada ou por metade dos produtos colhidos.

Os rendeiros, regra geral pobres, não podem retirar a colheita sem pri-

meiramente pagarem a renda cujo pagamento deve ser satisfeito na época da colheita.

Uma das principais causas do atraso em que se encontra a agricultura é resultante deste sistema, porque se o arrendatario, porventura, faz melhoramentos na propriedade, como o arrendamento é anual, o proprietario, no fim do ano, eleva-lhe a renda, além do que é obrigado a vender na época da colheita, *por baixo preço*, os generos, afim de poder pagar a renda.

Nestas circunstancias, impõe-se a obrigação moral de, por meio de uma legislação adequada e de tribunais arbitraes, tornar os prazos dos arrendamentos mais longos e equitativos e dar áqueles atribuições que lhes permitam julgar rapida e económica mente as questões entre os proprietarios e rendeiros.

Necessario se torna tambem acabar com um certo numero de creaturas que vivem da exploração feita na troca das cambias enviadas pelos emigrantes ás suas familias, explorações estas que, por vezes, se prestam a verdadeiros abusos tocando as raias da usura e da ganancia e que com facilidade se remediariam com a criação de filias da Caixa Geral dos Depósitos, ou do B. N. U. Uma das outras causas de atraso do desenvolvimento agrícola, que variadissimas vezes tem originado crises graves, é a falta de chuvas.

Varias vezes se tem tentado corrigir este estado de coisas por meio de uma intensa e adequada arborisação; mas, devido á inconsciencia do povo e aos estragos do gado, taes esforços teem sido inúteis.

Obriguem-se os particulares a arborisarem na medida do possivel os

seus terrenos e, ao mesmo tempo, regulamente se a pastagem do gado.

Tributem se os terrenos incultos, porquanto a esterilidade em que se encontram grandes areas de terrenos é um factor que muito contribue no atraso da produção da provincia e na diminuição da arborisação.

De principio poderíamos lançar mão de uma especie de acacia espinhosa, conhecida por acacia Martins, que forneceria excelentes forragens tanto na folhagem como nas vagens que são um magnifico alimento para o gado, a qual abundantemente se reproduz.

Preparemos e eduquemos os nativos em escolas-granjas, a crear, afim de valorisarmos o seu trabalho ensinuando-os nos processos simples e economicos de transformação dos produtos naturais ou no seu aproveitamento e preparação industrial, que melhor os valorisa, mencionadamente no que respeita a frutas proprias daquela região e em geral a produtos que tenham colocação em mercados exteriores.

Nestes termos, cuidemos da valorisação da laranja que todos os anos é exportada em pessimas condições para Dakar, onde é vendida a desbarato; tratemos egualmente da exportação de bananas, goiabas e outros frutos que, não podendo ser exportados em fresco o podem ser em doce, secos, e mesmo a banana em estado de farinha, dado o seu crescente consumo na Europa.

Para isto precisavamos que fosse decretado um regime pautal favoravel na metrópole ás frutas de Cabo-Verde egual áquele que é concedido ás frutas da Madeira e Açores, afim de que se dessem garantias ás despesas preparatórias duma tal industria. Simultaneamente teriamos de tratar dum maior desenvolvimento da cultura da cana do assucar, de forma a facilitar a exportação deste producto.

Intimamente ligado a este problema está o do alcool cujo consumo tem de ser regrado, não só porque Portugal a isso se obrigou por convenção internacional mas tambem pelo dever moral e pelas responsabilidades tutelares que tem a exercêr como nação colonial.

Positivamente que a produção da cana para aguardente, bem como de tudo susceptivel de produzir alcool, deve ser tributada de forma a fazer derivar grande parte para a produção de assucar, destinado á industria da conserva de frutas.

Quanto ao alcool produzido em Cabo Verde, poder-se ia empregar economicamente como produto a consumir na iluminação e nos motores de explosão, sempre que o seu custo, na localidade de consumo, esteja

baixo do da gasolina uns 30 %, segundo o aconselhado em publicações autorizadas.

Aproveitem-se as forças naturais a que o homem pode recorrer nestas ilhas como elementos de força motriz, a fim de se tirar deles o máximo rendimento de trabalho útil, isto é, as energias do vento e o calor solar.

Ha muito tempo já que pela mão da sciencia entrou no campo pratico a utilização da força das correntes aereas, que no arquipélago se chamam *brisas* e que se mantêm durante nove meses do ano, na elevação de aguas, na moagem, como geradora de energia electrica, uma vez que se lhe applique o correctivo de *interruptores* que regularizem a captação da força e evitem a descarga ou esvaimento das correntes pela reversão do próprio aparelho, quando o vento escasseia.

Além destas applicações, outras ha próprias para trabalhos de oficinas, em que o ar comprimido transmite movimento a ferramentas manuais que os operários guiam sem o menor esforço.

Isto tem incontestavelmente utilização numa região onde o trabalho braçal é penoso e debilitante.

Aproveitem esta energia e a solar no que a engenharia industrial indicar e proceda-se às necessárias pesquisas, sondagens e captações de água que são úteis e necessária é para o desenvolvimento da colónia.

Proceda-se a uma selecção rigorosa no gado existente, a fim de que se regenerarem as especies que estão abastardadas a tal ponto que o seu definhamento se acentua cada vez mais.

Adquiram-se exemplares de selecção próprios para a procriação neste clima, devendo os tecnicos indicarem nesta materia o que entenderem.

E' preciso tratar das pastagens, aproveitando algumas boas especies que lá existem; regre-se o disfruto dos pastos, promovendo o corte destes em época de maturação, e o enfiamento scientifico de uma importante reserva, que deve *sempre* ser guardada.

Desenvolva-se uma especie arbórea, chamada *parcimínia*, que se adapta admiravelmente ao terreno daquelas ilhas e que, propagando-se por si, é susceptível de, em poucos anos, formar mata continua, a qual, sendo muito boa para a alimentação do gado, que a come com avidéz, é, em tempo de fome, tambem um recurso de subsistencia para as classes pobres.

Esta acacia está, pois, indicada como um útil recurso da arborização do arquipélago e das subsistencias do gado.

Com o emprego de prensas enfiadoras, na exploração dos fenos e, em geral, de muitas outras plantas espontaneas, próprias para forragens, ter-se-á dado um consideravel desenvolvimento e valor comercial a Cabo Verde, desde que se oriente e faça de modo pratico e scientifico o trabalho das colneitas.

A industria dos couros merece ser tratada por fórmula diferente daquela por que o tem sido até aqui, devendo estar directa e intimamente ligada à industria da criação de gados.

Na ilha da Boa Vista ha valiosos jazigos de matérias primas que se prestam para um largo e variadissimo fabrico de telha, tijolo, bem como de todos os artefactos em que se emprega o grês, sendo mesmo possivel a produção de um bom cimento, como provaram as analyses feitas em Paris.

Propositadamente deixei para o fim duas das mais importantes industrias: a do sal e a da pesca, que estão intimamente ligadas entre si, que são por assim dizer gemeas, e cujas soluções têm *sempre* de ser consideradas em conjunto.

Antigamente, o Brasil consumia grande quantidade de sal ordinario e sujo no adubo das suas terras e salga de couros, sendo um grande freguês do sal de Cabo Verde; mas, em 1884, o Brasil elevou as tarifas de importação deste produto, e a exploração salineira, passando a definhar, acabou por decair. O cabo-verdeano não olhou para a Africa, que, sendo mais próxima, poderia constituir com vantagem um novo mercado e acabou por se desinteressar desta industria.

Fabrique-se um produto aceitavel

pelo comércio e ter-se-á dado um grande passo no levantamento desta industria.

Bem sei que a preparação dum sal limpo e fino obriga ao emprego dum combustivel que, não existindo no arquipélago, torna a situação economica um pouco desfavoravel embora melhor aproveitados os recursos de valorização das ilhas salineiras, como são os elementos de energia vento e calor solar, se possa, em parte, resolver este problema.

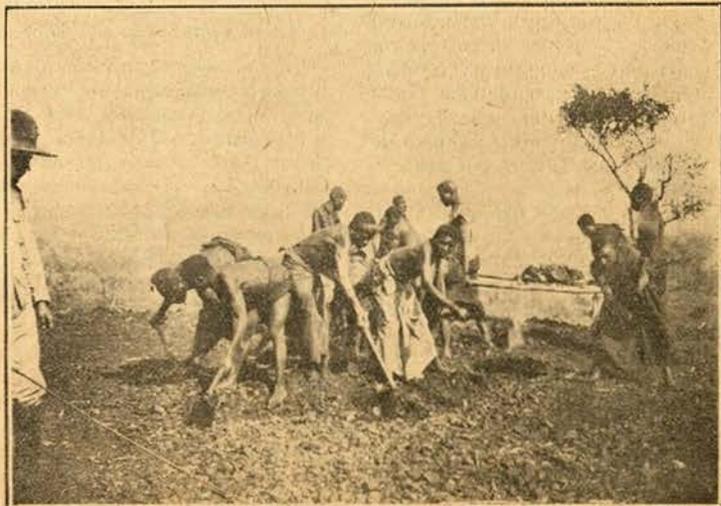
Mas visto que Cabo Verde tem condições de produção de sal em vastas salinas naturaes, de um enorme valor, procure-se entrar definitiva e vantajosamente no comércio exterior do sal, ligando-se esta industria à da pesca que, em grande abundancia, possui nos seus mares, como provou, em 1906, o illustre official da armada sr. Candido Correia, encontrando naquelas aguas 37 especies diferentes que, em Lisboa, na Liga Naval, expôs.

E', sem duvida, a industria da pesca, a primeira de recursos naturais estáveis, que com maior segurança se pode iniciar naquela provincia.

Mas havemos de concordar que é uma industria que demanda muito capital e que ninguem lá o empregará sem que lhe sejam dadas garantias que, neste caso, entendo podem ser o monopólio dado a uma grande companhia ou, então, a exploração feita, em grande, por conta da própria provincia.

Para tal se conseguir, entendo dever fazer-se um acôrdo comercial com a França, permitindo-nos ela a pesca no banco de Arguim e cedendo nós

#### Vida do indigena nos acampamentos



1 — Manejam a enxada

o sal e o terreno das ilhas do Maio e Sal para campos de secagem, mediante certas compensações.

Expostos, rapidamente, alguns dos principais problemas que devem ser conhecidos por quem, conscienciosamente, sobre pautas, tenha de legislar para Cabo Verde, resalta imediatamente que para se resolverem os problemas indicados é necessário muito capital, que a provincia não possui.

A isto objetarei que a provincia, devido á sua situação geográfica, estava ha muito em condições de contrair um grande emprestimo que lhe permitisse transformar o Porto Grande de S. Vicente e resolver os problemas indicados e a cujos encargos podia, plenamente, satisfazer. Nós vemos que na provincia, no Porto Grande, amarram dez cabos submarinos (nove ingleses e um italiano), rendendo sómente os ingleses uma média de 500.000 francos (ouro) trimestralmente.

Injustamente, ao abrigo da carta organica, a metrópole ficava com 50% desta importancia, devendo os restantes 50% reverter a favor da provincia. Mas a politica fazia com que destes 50%, pertencentes á provincia, a administração geral dos correios se pagasse do *deficit* das taxas telegraficas das restantes colónias.

Nestes termos, a colónia era desfalcada nas suas receitas, anualmente, em perto de 4.000 contos.

Era uma situação insustentavel.

Felizmente, o grande colonial e actual ministro das colónias, sr. João Belo, cuja acção sabedora e inteligente será lembrada por muitos anos, ordenou, por decreto de 29 de setembro de 1926, que os 50% da receita fóssem entregues directamente no ministerio das colónias, acabando-se assim com uma tão grande injustiça que tanto estava prejudicando a economia de Cabo Verde.

No dia em que a esta colónia seja dada toda a importancia por ela cobrada nas taxas telegraficas, ter-se-á conseguido que esta provincia possa contrair um emprestimo que lhe permita entrar afoitamente no campo de realizações práticas que, por completo, a transformem.

Emquanto tal não fizermos, modifiquemos as pautas, a fim de desafogarmos o custo da vida da população, reduzindo os direitos dos generos alimenticios de primeira necessidade, que entram muito consideravelmente na alimentação das classes pobres, essencialmente o arroz e o milho.

Desafoguem a vida agricola da provincia, dando-lhe maiores facilidades comerciais para paises com os quais as suas relações sejam mais intimas, e onde possa tornar-se mais extenso o tráfego de produtos a vender ou a trocar.



2 - Transportam troncos

Reduzamos os direitos sobre os tecidos baratos que são o vestuário de uma população que vive ainda na idade do algodão, e que não pode pagar cara a camisa, a saia e os demais artigos, geralmente feitos de pano cru, riscados, chitas, cotins de algodão e outros tecidos análogos.

Resumindo, o nosso criterio e o fim deste artigo é acentuar que enquanto se não possam modificar as condições de vida de Cabo Verde, devemos aliviar o custo da vida e de vestuário aos menos abastados, áquelles que habitualmente vivem do mais barato que ha no mercado.

Lisboa, 18 de Outubro de 1926.

ALCINO DE VASCONCELOS

Tenente.

## Descentralisação administrativa

(Continuado da pagina 8)

Emfim, esses agrupamentos economicos são esboçados no mais importante documento que deve regular a administração da colónia, distincto entre tantos que o sr. com. João Belo, ajudado por colaboradores illustres, tem conseguido decretar, no elevado empenho de realizar uma reforma da administração colonial que se imponha ao interesse nacional e á consideração dos estranhos.

Isto é bastante por agora.

Dentro em pouco se reconhecerá que esses grupos de distritos devem ser dirigidos por uma unidade administrativa forte, dispondo de poderes mais latos e de toda a iniciativa no campo da colonisação e fomento económico, sendo suficiente para auxiliar os novos governadores um inspector administrativo em cada uma

das regiões que formam os actuais distritos. Quando isto se reconhecer a descentralisação será um facto.

Entretanto, não resistimos á tentação de lembrar o que a França continental, estado unitário onde até agora todos os juristas iam beber a sciencia dos códigos democraticos, acaba de fazer com a sua reforma administrativa e judiciária.

Impelida pela necessidade de realisar economias e proclamando, perante as circunstancias da vida moderna, o anacronismo de organizações velhas de cem anos, foram suprimidas, dentre 274, cento e seis sub-perfeituraz; e de 359 tribunais suprimiram-se duzentos vinte e oito.

Falta-nos a competencia e não é este o logar para tratar estes assuntos; nem por isso terminaremos sem citar os seguintes periodos, reveladores do espirito que presidiu ás reformas francesas:

«A este novo estado de coisas deve corresponder um estado de espirito novo. A compressão das despesas não é o unico fim: propomo-nos, do mesmo golpe, diminuir o desenvolvimento desmesurado das formalidades administrativas e o roncoirismo exagerado da máquina burocrática. O antigo sub-perfeito era um funcionario anquilosado pelo formalismo e pela tradição, abafado pelo parasitismo da papelosa. Será de hoje em diante liberto, o mais possivel, do trabalho de secretaria, obtendo uma maior iniciativa e tornando-se, de certo modo, o impulsionador do país que administra.

Dêste modo, dum reforma utilitária surgirá o maior beneficio para uma descentralisação racional, a condenação da rotina e do formalismo, assim como o desenvolvimento da vida local.»

# FOMENTO AGRICOLA COLONIAL

A organização dos serviços agronómicos,  
segundo a tese do sr. engenheiro C. de Melo Geraldès,  
discutida no ultimo congresso nacional

(CONTINUAÇÃO)

A agronomia, assim como a medicina veterinaria, são *ciencias essencialmente experimentaes* e a primeira, alem disso, tem um caracter accentuadamente *poli-cientifico e local*, isto é, comporta um grande numero de ramos que se baseiam em sciencias puras muito diferentes (botanica, zoologia, quimica, fisica, matematicas, mecanica, geologia, mineralogia e economia politica) e os seus principios têm que se adaptar, tanto quanto possivel, ás exigencias do meio em que é exercida a agricultura.

E, é incontestavelmente esta particularidade, que mais concorre para complicar o problema do fomento agricola e embaraçar a efectivação da assistencia tecnica, porquanto esta exige, como se vê, o concurso de um grande numero de tecnicos especializados nos variados ramos da agronomia e a experimentação *in loco*.

Os seus métodos de trabalho são pois, e têm que forçosamente ser, a *observação e investigação directas e a experimentação*, exigindo a agronomia, na maioria dos casos, a *experimentação local*.

Por isso, como muito bem diz Chevalier: (1)

«En agriculture, la méthode scientifique exige la connaissance approfondie du pays, de sa climatologie, de ses ressources naturelles, par consequent de son sol, de sa faune et de sa flore, des animaux et des plantes utiles et nuisibles. Cela suppose donc un travail d'observation et d'inventaire très complets, une documentation étendue sur tout ce qui s'est fait sur les mêmes questions dans les pays étrangers.

Il faut, en outre, mettre les diverses espèces et variétés de plantes à cultiver à l'essai, dans des champs d'expériences et faire en même temps des observations et des mesures précises et incessantes des facteurs mis en oeuvre, pour constater et mesurer les résultats obtenus. La science agricole a donc besoin, pour progresser, de recherches sur le terrain et en outre de laboratoires et de champs d'expériences.»

São estes os principios em que se têm inspirado os paizes e colonias, em que a agricultura é mais prospera,

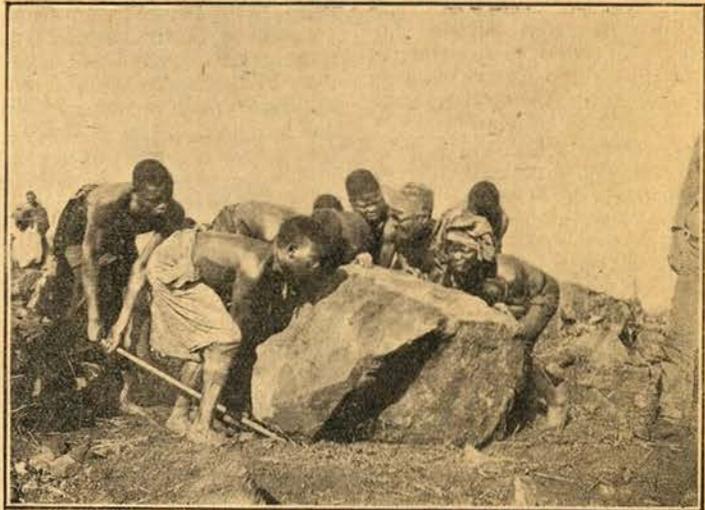
como por exemplo, os Estados Unidos. E por isao, Proschowsky pode com verdade exarar n'um recente e interessante artigo, as seguintes palavras:

«A l'heure actuelle, les Etats-Unis sont à la tête de tout les pays pour les progrès réalisés en agriculture. Ce résultat a été obtenu, grace à l'initiative du gouvernement fédéral, n'hésitant pas à promulguer des lois hardies et dotant le *Département d'agriculture de puissants moyens d'action, ayant toujours leur point de départ*

cas; ou seja de laboratorios e de campos de experiencias *in loco*, convenientemente apetrechados, ou então possam obter dados seguros em estabelecimentos de investigação e experimentação, existentes na propria colonia.

Ora, como é sabido, nas colonias a agricultura é exercida pelos indígenas directamente e por colonos ou empresas, com o auxilio da mão d'obra indigena.

E' evidente, só alguns colonos e as empresas, é que podem manter



3 — Removem penedos

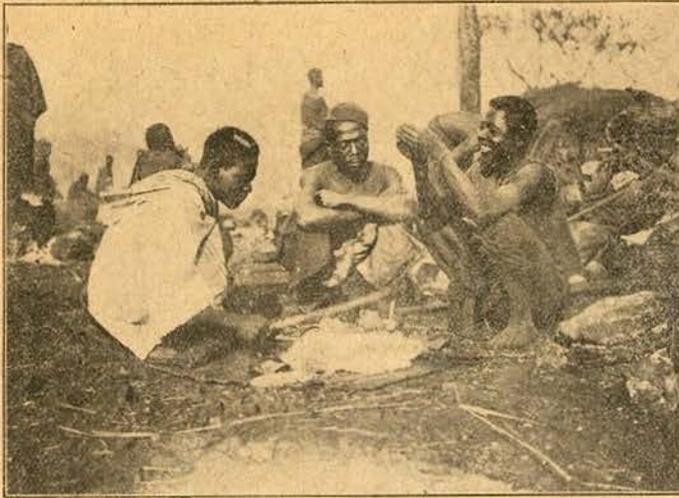
*dans l'étude et l'expérimentation scientifique, appliquée à toutes les cultures propres à ce pays.*

Les lois votées pour protéger les forêts contre la destruction intempestive, et contre l'introduction des maladies et parasites de toutes sortes qui atteignent les plantes, ont été établies à la suite de recherches laborieuses de ce Département.» (2)

Do que fica exposto, logicamente-se infere pois, que a assistencia tecnica, assim como a propaganda agricola, só podem assentar em base solida e merecer toda a confiança, e, assim, produzirem o maximo do seu efeito, desde que os seus agentes — os tecnicos — possam dispôr dos necessarios meios para a execucao de investigações scientificas e tecni-

ao seu serviço tecnicos; e lamentavel é que até hoje, só algumas empresas o tenham feito, pois que certamente teriam poupado muito dinheiro e evitado muitos prejuizos.

Porem, é preciso não esquecer que a principal missão dos tecnicos, ao serviço privativo de colonos ou empresas, é *aplicar convenientemente os principios já anteriormente bem estabelecidos, por aturadas investigações e repetidas experiencias*, isto é, organizar a exploração da terra, segundo os processos scientificos mais adaptaveis á região, aconselhar a aquisição das melhores variedades de plantas e das raças de animais mais adequadas, dirigir os trabalhos de profilaxia e de combate ás doenças, introduzir os melhores métodos tecni-



4 — En'retêm-se desgranando e fiando o algodão

logicos para a preparação dos produtos, etc. Que o mesmo é dizer, que os tecnicos servem, em tal caso, para evitar as «apalpadelas» e, assim, colocar as explorações agricolas, em condições de poderem *produzir o maximo* em quantidade e qualidade, e o *mais economicamente possivel*.

O que implica, é claro, a *existencia de organismos* em que esses principios sejam estabelecidos, onde se seleccionem plantas e se apurem raças, onde se criem novas variedades de plantas com características mais vantajosas e se estudem os processos de combater as doenças, se preparem vacinas, se determinem com rigor as regras tecnologicas a seguir na preparação dos produtos, etc., etc.

Não ha duvida que nas nossas colonias, algumas companhias têm, por intermedio de seus tecnicos, feito trabalhos de investigação e sobretudo de experimentação. Entre outras podem citar-se: a C.<sup>a</sup> do Borôr, a quem se deve, alem doutros serviços, o de ter introduzido a cultura do sisal em Moçambique; (3) a C.<sup>a</sup> da Zambesia que ao desenvolvimento da cultura do algodoeiro na Zambesia, tem dedicado especial cuidado; (4) a C.<sup>a</sup> de Moçambique, (5) que em seus territorios tem feito experiencias muito interessantes, sobre a cultura do algodoeiro, do milho, do tabaco, etc. mais modernamente a Sociedade Fomento Geral de Angola, a quem se deve já a resolução do problema da produção do trigo em Angola, pela cultura, na época das chuvas, de variedades resistentes á ferrugem e a introdução nesta colonia, da cultura do tabaco de Camatra o mais valioso para capas de charutos e que até ha pouco tinha só sido possivel produzir em Camatra e nos Camarões; etc., etc.

Mas todos estes resultados, são o fruto do trabalho de muitos anos, de avultados capitais empatados e de muita energia e coragem tambem!

A isso têm sido forçadas as empresas que nas nossas colonias pretendem, com base solida, fazer progredir a agricultura; mas, é claro que se elas, assim como os colonos, encontrassem ao iniciar as suas explorações, a necessaria assistencia tecnica, poderiam mais rapidamente contribuir para o seu desenvolvimento agricola, visto que seria assim *suprimido*, ou pelo menos *muito abreviado*, o *longo e dispendioso* periodo de experimentação, que acarreta sempre o estabelecimento de novas explorações, podendo portanto aplicar logo todos os seus capitais á produção em larga escala.

Portanto, a investigação e a experimentação agronomicas podem, é certo, *na alguns casos e até certo ponto*, ser levadas a efeito por particulares ou empresas que, para tal fim, contratem tecnicos de reconhecida competencia.

Porem taes trabalhos, já porque por sua natureza são de resultados morosos, já porque tendo de acompanhar a evolução das sciencias, têm que ter grande constancia e continuidade de acção e, por outro lado, implicam taes despesas com o pessoal tecnico e o indispensavel material que com o caracter de permanencia e rigor que exigem, estão por via de regra fóra do alcance dos particulares e mesmo das empresas.

Quando muito poderão ser executados por associações de empresas congêneres, mas ainda assim, só depois de atingirem um grau de prosperidade tal, que lhes permita apli-

car a esse fim uma parte dos seus capitais.

E' o que a partir de certa data, começaram a fazer, por exemplo, as empresas que exploram o açúcar e a borracha nos colonias holandesas do Oriente.

Mas, não o esqueçamos, *muito antes*, o governo holandez, *tinha creado* em Java, essa *modelar e inconfundivel* instituição de fomento agricola colonial, conhecida e admirada em todo o mundo — O *jardim botânico de Buitenzorg* com os seus inumeros estabelecimentos anexos (hoje transformado em «Departamento da Agricultura das Indias Neerlandezas»).

E foi devido ao valioso auxilio deste poderoso foco de progresso agricola, que as referidas empresas puderam prosperar e tomar então para si, o encargo de realizar uma parte da difficil tarefa, até então *só executada* pelo jardim botânico de Buitenzorg e pelas suas estações anexas e isto apenas com o fim, note-se bem, de *lhe atargar a sua esfera de acção, atenta a grande importancia* que em agronomia têm, as investigações experimentaes *in loco*.

A execução de taes trabalhos compete portanto especialmente ao Estado, por intermedio dos seus serviços officias de agricultura.

E' o que, de uma forma bem clara, exprimem as seguintes palavras proferidas pelo governador da Cochinchina, o sr. Maspero, num discurso pronunciado perante a respectiva camara de agricultura:

«D'autre part, comme il manquait un plan d'action général á vos efforts, M. Sarraut s'est appliqué á vous le donner par la création de l'Institut scientifique.

L'Etat, en effet, a un rôle essentiel á remplir en matière de colonisation agricole. Il doit faire les études et les expériences destinées á guider l'effort du colon, celui-ci n'ayant pas les moyens de les faire á ses frais parce qu'exigeant de trop longs et de trop fortes et des dépenses au dessus de ses moyens.

Le gouvernement français n'ignorerait pas l'importance de ce rôle et M. Simon, alors ministre des colonies, déclarait á la tribune de la Chambre: «C'est en s'appuyant sur la science, par la fondation de laboratoires et de champs d'expériences que les colonies arriveront á mieux connaitre leurs ressources et á les mettre en valeur d'une manière rationnelle». (6)

A este proposito, igualmente são dignos de registo os seguintes trechos de um magnifico trabalho do conceituado director geral da «União Colonial francesa» Joseph Challey: «Avant que les particuliers pénètrent dans les colonies et y installent

As deste numero são ainda cedidas pela Secção Fotografica do Exercito e escolhidas nas coleções do major Veloso de Castro.

**Aspectos de Loanda.** — Esta cidade, capital da Provincia de Angola, tem sido sempre considerada como a melhor fundação da colonização europeia na costa ocidental do continente Africano e deverá esforçar-se por conservar esta posição, constituindo com Lourenço Marques, na costa oriental e Captown na ponta do sul, a base triangular da colonização africana para baixo do equador. Não lhe faltam condições para manter esse lugar.

E' certo que o trafego comercial da Africa Central ha-de dar i cremento a um colossal desenvolvimento do porto do Lobito; mas Loanda, pelo seu caminho de ferro de penetração que hoje atinge Malange, não será menos solicitada pelo trafego da Canga e poderá desenvolver-se paralelamente ao Lobito, tanto mais que as suas condições climáticas são excelentes para a vida dos europeus em familia, (ha-os que se conservam ali anos sem conhecerem as febres palustres) e as condições naturais da sua ampla baía são facilmente adaptaveis ás exigencias de um grande porto comercial moderno.

Os belgas da colonia vizinha que residem no Congo inferior procuram habitualmente esta cidade, a que conservam o nome tradicional de *S. Paulo* para espaiarem ou retemperarem a saude abalada pelo clima esgotante das margens do Zaire: quinze dias em S. Paulo e a viagem maritima na ida e volta de dois paquetes, são o suficiente para refazer os globulos vermelhos do sangue decompostos pelo bacilo das febres.

As nossas gravuras representam alguns aspectos da cidade alta onde funcionam as repartições do estado e onde existem alegras e as mais saudáveis vivendas; e um panorama da cidade baixa, abrangendo tambem toda a baía, limitada ao fundo pela restinga que hoje forma a ilha de Loanda.

Nesse panorama tem lugar, sobre o morro á esquerda, a fortaleza de S. Miguel onde foram combatidos os holandeses, após a usurpação, pelas tropas de Salvador Correia que uma importante esquadra transportadora de Pernambuco.

# AS NOSSAS GRAVURAS

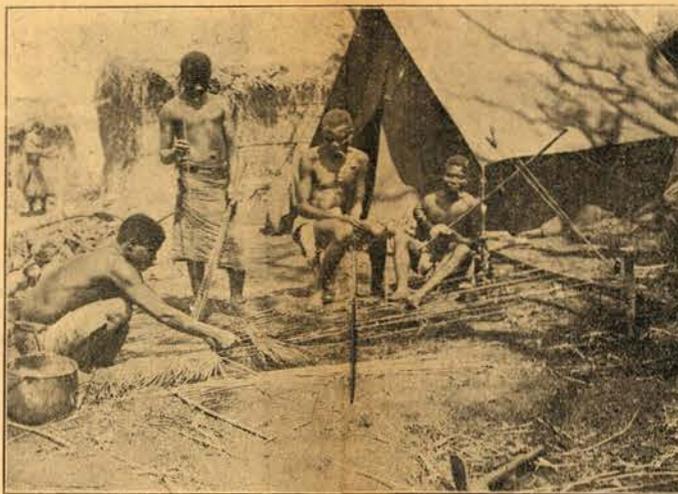
A' direita, no plano mais distante marcando a entrada da barra, está a fortaleza de S. Pedro, e para cá desta vê-se a ponta Izabel onde está situado o fortim chamado do Penedo. Entre este e a parte mais consideravel da cidade, é a praia da Nazaré onde se efetuou o desembarque das tropas de Salvador Correia.

Na ilha de Loanda vive uma colonia consideravel de pescadores indigenas que pretendem manter as tradições do antigo reino do Congo, que para ali os destacara como afirmação de soberania, mas na verdade para explorarem a valiosa industria da pesca dessas paragens, que é consideravel e de valiosas especies, e o commercio das conchas que então constituíam no interior os mais preciosos adornos e funcionavam como moeda.

A ilha de Loanda, plantada de utilissimos coqueiros, conserva a antiga fisionomia, com a sua igreja e numerosas povoações de pescadores nativos. Estão ali instaladas as construções da divisão naval, caes acostaveis para abastecimento de carvão e o lazareto que na grande guerra serviu para deposito dos alemães expulsos de Angola e do Congo.

Na cidade, com 20.000 habitantes, agita se hoje uma vida europeia de comercio intenso e o movimento das repartições publicas a que estão ligadas as regiões mais distantes de toda a colonia (catorze vezes a superficie de Portugal metropolitano) com comunicações maritimas forçadas e muitas vezes demoradas.

Ha industrias muito importantes como a da moagem e massas alimenticias, oleos e sabões, tabacos com notavel desenvolvimento, construções



6 — Tecendo esteiras

navaes, serralharias e carpintarias, artes graficas etc.

Dispõe de commodos hotéis, bars, casas de espetaculo, casinos que, como o do Club Naval, cultivam com carinho os desportos; casas de beneficencia como o Asilo D. Pedro V, modelarmente administrado, e o importante Hospital D. Maria Pia, vasto e ainda moderno que tem sido justamente considerado como o melhor de toda a Africa Ocidental. Tem, finalmente, muitas escolas de instrução primaria, algumas de ensino profissional e um liceu para instrução secundaria ao lado do seminario que, á custa de incriveis façanhas financeiras e esforços pessoas dos prelados tem sido sustentado pelo Cabido da Sé de Loanda.

E, acima de tudo, é uma terra portuguesa com todas as características

da vida nacional, mantida e sustentada atravez dos seculos só pelo amor ao trabalho e culto pela Patria.

**Vida dos Indigenas.** — Estas gravuras alegres representam a vida dos indigenas do sertão quando adstritos ao serviço dos colonisadores que os empregavam nas grandes viagens como condutores de cargas quando outros meios não havia, o que ainda hoje ha-de acontecer de vez em quando.

Nos movimentos militares, nas viagens das grandes comitivas comerciais, ou nas marchas das grandes expedições scientificas que vagarosamente tem de percorrer regiões desconhecidas, os acampamentos de centenas de carregadores tem um aspecto tipico e curioso cuja fisionomia oferece fartos motivos de analyse fisiologica e psiquica para quem se quiser dar ao estudo destes povos.

As nossas gravuras representam, desses aspectos, uma serie dos que se observam durante as *ocupações* dos indigenas em descanso. Descanso é tudo quanto seja parar sem carga.

A interessante gravura da capa mostra como eles curam entre si uma pneumonia, dessas que tão facilmente adquirem durante as viagens na estação seca em que, nas regiões montanhosas, o termometro desce pela madrugada a quatro e dois graus centigrados e ás vezes a zero.

E como, para acampar uma só noite, não se constroem abrigos e os indigenas preferem dormir ao lado de fogueiras que conservam latentes toda a noite, segue-se a pneumonia. A cura costuma ser rapida e segura: algumas ventosas que, como representa a gravura, eles improvisam com pontas de chifres; limpa-se a pele, golpeia-se a epiderme, aplica-se a ventosa, aspira-se o ar pela parte superior que é vasada, tapa-se o orificio com um bocado de cera e deixa-se actuar. Ao fim de alguns minutos levanta-se o aparelho e limpa-se a sangria abundante. Uma tisana quente, o agasalho de um cobertor e dois ou tres dias de *descanso a valer* e o homem está curado. Priviligiados organismos!

**Relações luso belgas.** Nas nossas coleções do Congo encontramos algumas gravuras dignas de figurarem neste numero da *Gazeta* que se ocupa muito das relações luso-belgas no Zaire.

A quando das operações militares no nosso Congo em 1913-1914, e aliás sempre que se tem tratado de movimento de forças ou de individuos militares, nós sempre temos encontrado as maiores facilidades por parte dos

nossos visinhos, incansaveis em nos serem agradaveis e procurando sempre auxiliar-nos quanto podem.

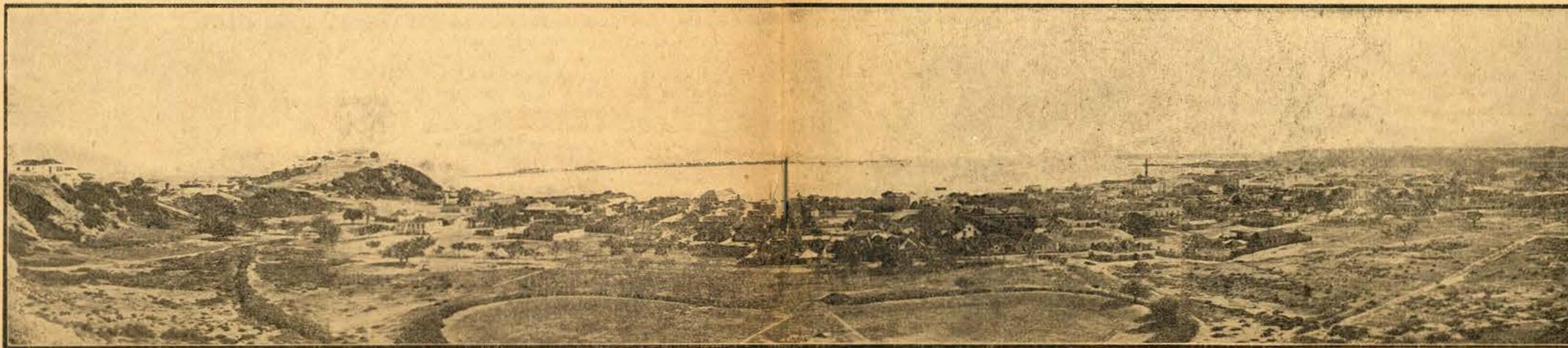
Em 1914, antes da declaração da guerra alemã, declaração com que a coluna do governador sr. com. Jayme de Moraes foi surpreendida proximo de S. Salvador, no final das operações, os belgas tinham redobrado de atenções para conosco pondo á nossa disposição a linha ferrea entre Matadi e Songololo, e chegando a estabelecer se a nossa base de étapes em Matadi, eficazmente coadjuvados os serviços pelas autoridades belgas dentro do seu territorio.

Duas das gravuras representam a gare de Songololo por essa ocasião, e outra distraidamente tomada da caruagem da cauda dum comboio descendente, á sua passagem pelo vale do Pôzo, havia de fixar para sempre um aspecto desses hoje tão discutidos terrenos, que não valem um pataco, mas podem muito bem servir para animar os sentimentos patrióticos de quem não conhece a Africa, nem as atenções que devemos aos nossos visinhos.

E' certo, e não é a primeira vez que o declaramos, que nós já tivemos ocasião de corresponder áquela amizade procurando abastecer, tanto quanto podémos, a colonia belga, que logo após a declaração da guerra ficou com as suas comunicações cortadas com a metropole; abastecemos a de Angola, enquanto os primeiros recursos lhe não chegaram da America.

Mas isto não salda as contas; antes elas devem ficar em aberto para sempre, que é a unica forma de radicar a amizade e realizar no futuro esse mutuo acordo económico que convem ao interesse das duas colonias.

Nós assistimos em Boma e Matadi ao desespero e á indignação que se apoderou da colonia belga ao conhecer, hora a hora, o progresso da invasão e o furor da destruição germanica. Esses momentos dolorosos sofridos por um povo irmão e amigo jámais esquecem; mais tarde nós os acompanhamos na desgraça. Duplo motivo para que, afastadas de bem longe as horas do perigo, nós pensemos, no remanso da paz que é a hora das realizações, em afastar, de comum acordo, os perigos futuros pelo fortalecimento económico das nossas colonias e pela defesa dos seus territorios.



LOANDA. — Panorama da cidade baixa, que é a parte comercial, e vista da bahia

des entreprises agricoles de quelque importance, il faut qu'au préalable le gouvernement ait rempli son devoir.

«Si l'on veut savoir quel est, en la matière, le devoir d'un gouvernement et quel service, ce devoir rempli, il peut rendre à l'entrepreneur, il faut aller ou aux Etats Unis, à Washington ou à Java, à Buitenzorg.

Un capitaliste qui s'engagera dans une entreprise de culture aux colonies, c'est un être rare et précieux. Il faut le soigner. S'il part à l'aventure, sans avoir, sans guide, sans soutien, il est ruiné d'avance. Et sa ruine va décourager tout un monde autour de lui.

Le devoir d'un gouvernement est donc de protéger les capitaux qui osent et de ne pas laisser compromettre, par des échecs évitables, le bon renom des colonies.

Si ce capitaliste audacieux va à Java, voici ce qu'il y trouvera. D'abord (au moins théoriquement, car la terre libre commence à s'y faire rare) de la terre reconnue, analysée, expérimentée, propre à la culture de tel produit déterminé; des plantations et pépinières, ou des botanistes émérites ont rassemblé des espèces sélectionnées, et éprouvés; des laboratoires spécialisés, ou des chimistes, bactériologistes, entomologistes, etc., ont poursuivi les ennemis des diverses plantes cultivées (lesquels pullulent sous les tropiques) et découvert les moyens de s'en défaire (c'est le résultat d'une longue et savante organisation, appuyée sur des crédits que d'abord le gouvernement assura seul et qu'aujourd'hui fournissent surtout les planteurs); enfin,—point capital—de la main d'oeuvre. Car toutes ces cultures: café, thé, cacao, etc., exigent le concours d'une population nombreuse et stable, et cette population, le gouvernement hollandais l'a développée par l'effort d'une hygiène vigilante et de services sanitaires très bien organisés.»<sup>(7)</sup>

E' que, como muito judiciosamente adverte Willis, o eminente antigo director dos «Reaes Jardins Botânicos» do Ceylão, no seu notavel «Manual de Agricultura Tropical», livro que seria para desejar que fosse lido e meditado por todos os nossos coloniais, pois que apezar do seu titulo, tal obra é antes, especialmente, um precioso guia do que poderemos, com propriedade, chamar: *organização científica da agricultura e politica agraria*.

«L'agriculture est devenue si technique, des essais scientifiques rigoureux portant sur la culture, la multiplication des plantes, etc., sont devenus si nécessaires au progrès dans la plupart des contrées tropicales, qu'il est impossible de nos jours, de se passer d'un département scientifique ou de toute autre organisation, capable d'entretenir

un corps de spécialistes appelés à mettre leurs services et leur science, à la disposition des intérêts agricoles du pays.

Le département de l'agriculture ne doit cependant pas trop embrasser. C'est au gouvernement lui-même, qu'il appartient de faire converger les efforts de tous les départements réunis vers le progrès agricole, soit pour ce qui concerne le sol, les routes, les drains, soit la finance, l'éducation et les autres matières essentielles. Les attributions du département de l'agriculture doivent se limiter au progrès technique agricole et à l'étude critique des travaux effectués par d'autres organisations.

Un département de ce genre demande à être dirigé par un homme habitué aux méthodes scientifiques et qui possède les connaissances techniques nécessaires.»<sup>(8)</sup>

A assistência tecnica e a propaganda agricola, em materia de agricultura colonial, exige pois, ainda mais do que na metropole, como já foi justificado anteriormente, uma modelar organização de serviços officiais de agricultura.

E, ponderada a grande dispersão das nossas colonias e a consequente diversidade de condições mesológicas, cada colonia tem forçosamente de ter uma organização de serviços de agricultura privativa, embora subordinada, para to-las elas, aos mesmos principios basilares.

Devendo notar-se, que não se tornam necessarias longas e laboriosas lucubrações, para se elaborarem taes organizações, porquanto os bons modelos não faltam nas colonias holandezas, inglezas e nos Estados Unidos.

O que ha portanto a fazer é, com o necessario bom senso e a compe-

tencia que o assunto requer, adaptar o melhor possivel taes modelos ás condições de cada uma das nossas colonias.

Não é possível, evidentemente, num trabalho de tão reduzido numero de paginas, apresentar com seus pormenores a organização que convém adotar para cada colonia. Indicarei pois, tão somente, e nas suas linhas geraes, as bases em que convém que elas assentem.

Ponderada a doutrina anteriormente exposta, uma boa organização de serviços de agricultura, tem forçosamente de ter por base, *estações agromomicas e postos experimentaes de agricultura, estações zootecnicas e postos de cobrição*, e pelo menos um *hospital veterinario* com um *laboratorio bacteriologico* anexo.

Continua.

(1) Loc. cit. p. 290.

(2) Dr. A. Froschowsky. Le Département d'Agriculture des Etats-Unis in Revue de Botanique appliquée et d'Agriculture coloniale. 3.<sup>a</sup> année, Bulletin n.º 27, 1923. Pag. 771.

(3) Ernesto de Vilhena—Memoria sobre os trabalhos agricolas efectuados pela C.<sup>a</sup> do Borôr, nos prazos da Zambésia, in C.<sup>a</sup> do Borôr. Relatório do exercicio de 1911-1912.

(4) C. de Melo Gerales. Contribution à l'étude des cotons des colonies portugaises. 1914 p. 23-30.

(5) Johnson—Report on Zimbiti Experimental Station—19 9.

(6) Exploration scientifique de la Cochinchine-in-Institut Colonial de Marseille—Les cahiers coloniaux—N-23-1920 p. 1.

(7) J. Challey—Un essai sur la propagande à faire en faveur des colonies francaises. in—Société Belge d'études et d'expansion—Bul. N.º 42-1923-p. 145.

(8) J. Willis. Manuel d'Agriculture Tropicale. Trad. francesa de Montépin 1912-p. 275. Foi publicada ha pouco uma 3.<sup>a</sup> edição em inglês.



# A organização militar de Moçambique

(Conclusão)

**E**m geral o indigena africano não tem nenhuma inclinação para a arte da guerra e se numa ou noutra região se tornou belicoso foi isso devido a causas accidentaes de curta duração destinadas a desaparecer totalmente com a mesma occupação.

Num livro, meu recentemente publicado, escrevi o seguinte acerca dos indigenas do sul de Moçambique:

— «Obrigados a tomar parte nas aventuras belicózas dos invasores pela incorporação forçada nas suas *impis* adquiriram qualidades guerreiras que antes não possuíam; igual fenomeno se dava ao norte com a invasão dos *arimbas*. Independentemente deste facto haviam ainda as violencias originadas pelo trafico da escravatura.

Obrigados os indigenas a defender-se das investidas dos mercadores de escravos, tornaram-se desconfiados e agressivos; as lutas entre varios chefes indigenas tambem concorreram bastante para modificar a indole notavelmente docil do indigena. Desaparecidas estas causas por motivo da nossa occupação, voltaram a seguir a principal feição do seu caracter, devendo tal doutrina generalisar-se a todos os indigenas da provincia.»

Nestas circumstancias não nos deve supreender a relutancia que os indigenas de Moçambique tem pela vida da caserna, que evitam por todas as formas dificultando o seu recrutamento.

\*\*\*

Varias tentativas tem sido ensaiadas para obter o recrutamento voluntario mas sem successo. A sua pouca simpatia pela vida militar é tão grande que uma vez livres do serviço militar, perdem por completo os habitos que adquiriram no quartel.

Sob o ponto de vista militar não ha pois que contar com o valor tecnico dos soldados colocados na reserva, alem das dificuldades que oferece uma mobilisação num territorio com 756.112 quilometros quadros e com uma população total de 3:800.000 habitantes.

Em conclusão: o recrutamento dos soldados indigenas tal como ele é feito presentemente, oferece de facto grandes inconvenientes,

mas a verdade é que não se encontra outro sistema melhor e assim sucederá ainda por muitos anos.

Resta-me ainda referir-me á possibilidade de organizar um exercito em moldes de entrar em operações de larga envergadura.

Em relação ao soldado indigena, já sabemos com o que contar.

Com a cooperação da população europeia, nada ha a esperar no sentido de obter colectivamente um esforço fisico periodico com a agravação da sua obrigatoriedade. Deus sabe quanta boa vontade tem sido necessario para manter alguns grupos de *sport* em Lourenço Marques e Beira!

Todos os officiaes e sargentos de Von Letow tinham sido antes militares e como alemães não lhes faltava o aspecto e educação militar, no que a Alemanha trabalhou durante muitos anos.

Aparte porém, os brilhantes feitos do exercito da Africa Oriental alemã, não se veem quais os resultados praticos por ele obtidos.

Vencedora a Alemanha na Europa, quer Von Letow tivesse sido vencido, quer tivesse saído vencedor, ficar lhe-ia a colonia da mesma forma em seu poder.

Vencida a Alemanha, de nada lhe serviram as vitorias alcançadas pelo seu general, perdendo como perdeu a sua colonia.

Para se chegar aos resultados a que se chegou não valia a pena terem-se sacrificado tantas vidas e gasto tanto dinheiro, que aplicado por outra forma, teria dado muito maior proveito em beneficio de todos.

Lisboa, 14-10-926.

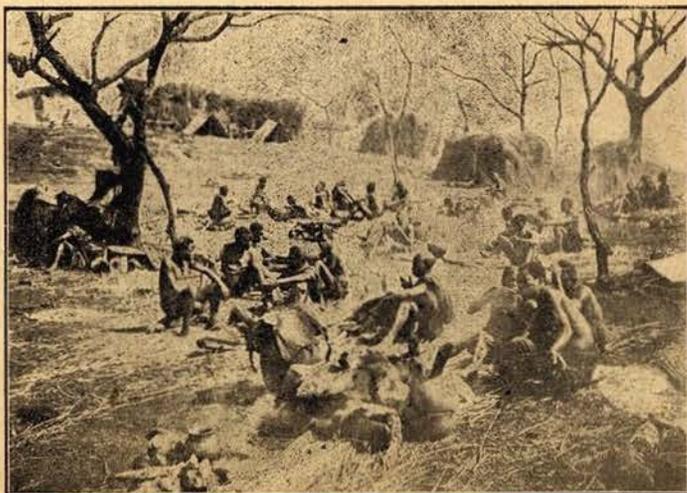
A. AUGUSTO P. CABRAL.

Seg. Neg. Ind.

Por falta de espaço retiramos deste n.º da «Gazeta» os artigos «Educação e ensino» e «Campanhas Coloniaes» que continuarão no numero immediato.

Pedimos a todos quantos se interessam pelo futuro das Colónias que nos auxiliem com os seus anuncios e com as suas assinaturas, tanto como com os conselhos da sua colaboração.

Todos os que se interessam pelo desenvolvimento colonial devem assinar a «Gazeta das Colonias.»



7—E descansam acampados



# Mozambique

## O FUTURO DESTA COLONIA

**D**O jornal «A Tarde» n.º 896 vamos transcrever a carta que ha dias ali publicou o sr. engenheiro Mariano de Carvalho, dirigida ao alto commissario de Moçambique sobre a administração superior desta colónia. O nome autorisado que a subscrive; os principios que defende, entre os quais é salientado em primeiro plano a descentralisação que nesta *Gazeta* e em outras publicações temos defendido; a synthese dos problemas essenciaes que neste momento reclamam, para a nossa colónia da Africa Oriental, a atenção dos poderes publicos, e os avisos sobre as relações da colónia com a União Sul Africana: envolvem essa carta de um tal valor politico, pela oportunidade do comentario, que nós não resistimos á tentação de a reproduzir com a devida vénia do seu autor e do jornal que a publicou.

*Ex.º Sr. Alto Commissario de Moçambique:*

Quem escreve estas linhas — dilo sem falsa modestia mas tambem sem pedir louvores ou benesses — não é positivamente um anonimo, nem um feliz *arrivista* da politica portuguesa. Representou durante alguns anos a provincia de Moçambique, que não conhecia apenas do exame do atlas colonial; como deputado visitou a provincia, tanto no norte como no sul; relatou os projectos de lei sobre as obras do porto de Lourenço Marques, caminho de ferro de Swazilandia, caminho de ferro da Zambesia; defendeu no *Diario Popular* a politica descentralizadora, iniciada brilhantemente (o que não quer dizer que não tivesse defeitos que nesse tempo accentuámos), por Aires de Ornelas em 1907; apoiou no mesmo jornal os senatsos e previdentes planos de Freire de Andrade e trabalhou sem descanso pela divisão da provincia em dois Estados com a necessaria autonomia administrativa e financeira, medida

que hoje continua a defender e a aconselhar.

Afigura-se, portanto, ao signatario que está nos termos de poder expressar as suas opiniões (não dizemos com autoridade, pois nos tempos presentes todos julgam possui-la), com a consciencia de quem ás colónias tem dado parte da vida e o melhor dos seus esforços, no sentido de promover o seu engrandecimento e progresso.

Grandes e interessantes problemas ha a resolver logo de começo. Conhece-os V. Ex.ª melhor do que eu, e no plano que se diz vai apresentar no Ministerio das Colónias, eles serão tratados com a sua usual proficiencia e são criterio. Entre eles avultam sem duvida, e esses são os primaciaes:

*A divisão da provincia.*

*O problema da irrigação, colonização e industrialização das vastas zonas inaproveitadas até hoje, de Ressano Garcia ao Maputo, com o concomitante aumento de riqueza colectavel, de receitas, de exportação e emprego de milhares de braços portugueses nas novas industrias criadas. O que não quer dizer que se não pense tambem no desenvolvimento*

dos vales do Limpopo, no devido tempo.

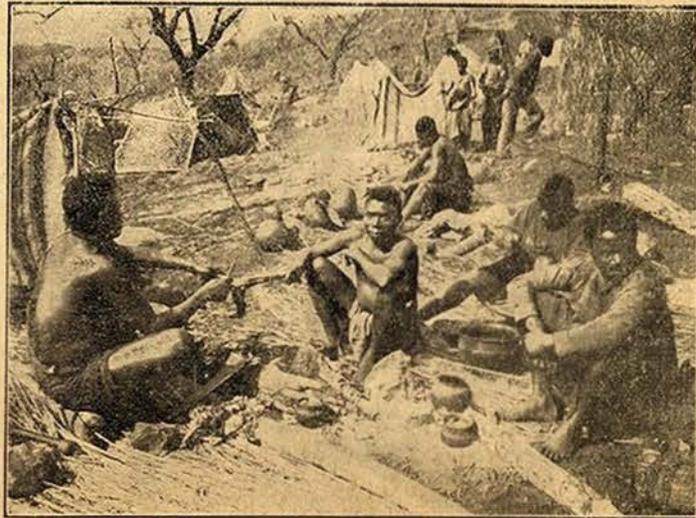
*O problema do caminho de ferro de Lourenço Marques, que, ou se resolve agora ou nunca mais.*

*O estreitamento de relações com a União Sul-Africana, politica que trazendo vantagens indiscutíveis a ambas as partes, elevará o porto de Lourenço Marques, porventura porto franco, ao grau de esplendor a que tem direito.*

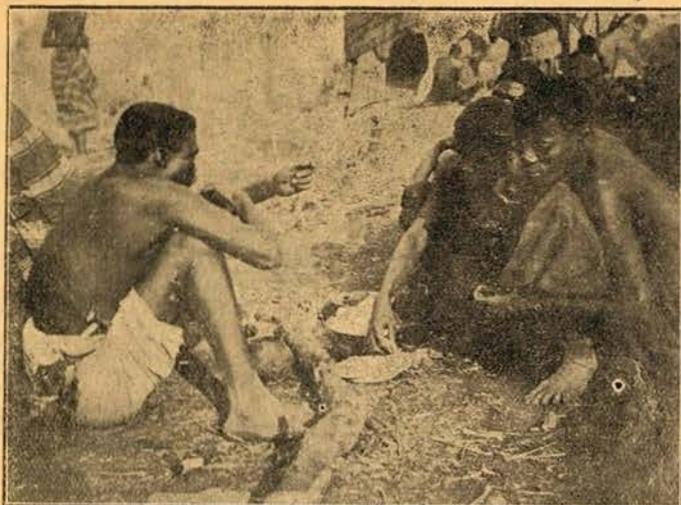
*O estreitamento de relações com todos os territorios estrangeiros que limitam Moçambique, com auxilio mutuo e rasgadas medidas que facilitem essas aproximações. Na ultima greve da Companhia de Moçambique, solucionada ao que consta, o auxilio e apoio moral dos territorios visinhos foram notorios e significativos.*

*O apetrachamento dos portos de Lourenço Marques, Quelimane e Pemba, concedendo-se as maiores facilidades á navegação, importação, exportação, transito, etc. indo se até á franquia completa desses portos, ou pelo menos até á fixação de taxas minimas, quasi estatísticas.*

*A criação da marinha colonial como ela deve ser comprehendida, com navi-*



8 - Preparando a comida



9 — Comendo tranquilamente

os proprios para o clima, navegação no Canal e embarcações convenientes para o policiamento dos rios.

Haveria ainda a acrescentar o *problema monetario*, circulação, transferencias, etc. Mas esse já mais se poderá resolver eficazmente se a Provincia continuar em estagnação e se não efectivarem, com largueza de vistas, as medidas expostas.

\* \* \*

Todavia se V. Ex.<sup>a</sup> quizer pôr em pratica certos planos, ha-de forçosamente sofrer a critica de muita gente e os alvitreos condenatorios, contradictorios ou preferenciais. Ha-de sentir as agruras de quem *quere fazer alguma coisa* nesta terra de empatas e sabios. Ha-de vêr qualquer erro que por ventura pratique — pois ninguém é perfeito neste mundo, nem profeta na sua terra — tomar proporções de enormidade insanavel, ficando no esquecimento todos os serviços relevantes que tenha prestado e todas as obras que tenha conseguido levar, inteligentemente, ao fim desejado. São os ossos do officio, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Mas V. Ex.<sup>a</sup>, experimentado nos trabalhos governativos, tendo dado tantas provas de energia, firmeza e serenidade, revestindo a couraça da impenetrabilidade, *consciente de que sabe o que vale e de que sabe o que quere*, não arripiará caminho, pois a Verdade e a Justiça acabam sempre por triunfar, por mais que as queiram torcer.

A situação da provincia de Moçambique, onde enormes interesses se manifestam, onde incalculaveis riquezas agricolas, industriais e mineiras estão ha seculos por explorar, require cuidados especiais no momento critico que estamos atravessando. A acção de Mariano de Carvalho, An-

tonio Enes, Mousinho de Albuquerque, Freire de Andrade, foi proficua; mas a maior parte dos seus projectos e concepções ou foram postos de parte, ou foram mal copiados, ou se perderam pelos escaninhos, escaparates e gavetas do Ministerio das Colónias. Sôbre a situação monetaria, por exemplo, e fórma de a resolver em Moçambique, onde param os relatorios de Mariano de Carvalho?

Antes do fim do ano, e naturalmente após certas conferencias que se darão em Lisboa, se o general Hertzog por cá passar, aceitando o convite do governo português, V. Ex.<sup>a</sup> seguirá para Moçambique. Nessas conferencias, se se chegarem a realizar, poder-se-ha dar um grande passo no sentido da politica de aproximação e aliança, concedendo-se o que se possa conceder á União Sul-Africana e obtendo para Lourenço Marques nitidas e positivas vantagens que desfaçam duma vez para sempre todos os mal-entendidos e duvidas, consolidando-se a harmonia e bôa amizade que conveniente é, reine entre vizinhos honrados, trabalhadores e pacificos...

Por onde começará o governo português? Por onde começará o general Hertzog? Iamos apostar dobrado contra singelo que o general agitará, logo de entrada, a questão do caminho de ferro de Lourenço Marques, do porto e... dos indigenas. Se o governo de Moçambique tiver avançado já nesse terreno, para o que deve ter os necessarios elementos e mesmo vantajosas propostas, o general terá nesse capitulo de bater em retirada e de meter na algibeira o famoso aventesma de Kosi-bay ou Santa Lucia... desde os templos biblicos do grande Kruger, em scena.

E aqui tem, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alto Comissario, o que tinha para lhe dizer com

a franqueza habitual, quem nada desejando para si, e pugnando apenas pela grandeza de Moçambique, se subscreve camarada att.<sup>o</sup> e obg.<sup>o</sup>

MARIANO DE CARVALHO

Os acasos e surpresas da politica já afastaram do governo de Moçambique o sr. dr. Alvaro de Castro, a quem esta carta era dirigida. Nem por isso ela é menos cabida e digna de ser ponderada por quem houver de substituir aquele illustre estadista no governo da colónia.

Dr. Alberto Torres  
Garcia

No «Diario do Governo» vaee ser publicado, pela pasta das Colónias, o decreto a que ha dias se faz referencia, nomeando o sr. dr. Antonio Alberto Torres Garcia para exercer, em comissão, o cargo de secretario provincial de agricultura na provincia de Angola, pela exoneração do tenente-coronel do Estado Maior sr. Joaquim dos Santos Correia.

A nomeação daquele antigo ministro foi feita sob proposta do alto commissário sr. Vicente Ferreira, que procura rodear-se de colaboradores competentes para poder levar a cabo a difficil missão que lhe foi confiada de governar, numa hora difficil e de grave crise, a provincia de Angola.

E' interessante recordar que, quando o governo da presidencia do sr. Antonio Maria da Silva tratou da escolha do novo alto commissário, foi indicado pelo então ministro das Colónias sr. general Vieira da Rocha o nome do sr. dr. Torres Garcia, que no gabinete referido sobraçava a pasta das Finanças.

O sr. dr. Torres Garcia, nessa ocasião, ao rejeitar a indicação do seu nome, juntou a declaração de que estava disposto a ir para aquela colónia em qualquer outra situação em que os seus serviços pudessem ser aproveitados como auxiliar do alto commissário.

E é nessa situação que vai para Angola, embora n'um lugar de menor destaque mas de grandes responsabilidades.

Companhia Nacional  
DE  
PRODUTOS COLONIAIS, L.<sup>DA</sup>

Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ

Transações sobre cacau,  
café, cera, coconote e couros



# Índia

## O futuro das Novas Conquistas

**D**IRÃO talvez que não é novo o tema. Mas, a quem assim mo disser, não me furtarei a observar: não é tanto por falta de *novidades* como por falta duma vulgarização metódica das *coisas sabidas* que a nossa terra se encontra no seu actual estado, nada recomendável, nada satisfatório...! Uma notável abundância de recursos naturais, espalhados por toda a provincia, protestando solenemente contra a nossa deplorável carência de iniciativa!

E' quando se verifica que essa mesma carência vem de tempos distantes, quando se sabe que há nada menos do que um século e meio que o território português de Goa se apossou de mais terras quasi virgens e quasi virgens as deixou até hoje, facilmente se comprehende o grau da nossa indiferença perante o problema do futuro económico desta terra!

E' hoje um facto sobejamente conhecido. Estão aí nada menos de 10 provincias constituindo o que se chamam as Novas Conquistas: Perném, Bicholim e Satari, ao norte e leste; Pondá, Embarbacém, Astragar, Bali, Cacora, Chondroadi e Canácona, ao leste e sul. Qual é a melhoria económica que a dominação portugueza tem podido introduzir nesses vastos terrenos, desde que os adquiriu aos seus antigos dominantes? Qual o reflexo da civilização que, porventura, a nova dominação tenha podido levar para aquelas terras?

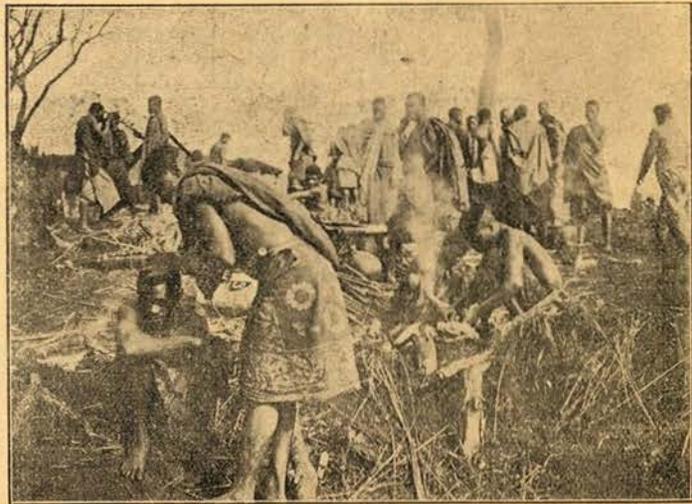
Foi, como se sabe, nos fins do seculo XVIII que as referidas provincias se integraram definitivamente na soberania portuguesa, isto é, já depois de três séculos do domínio de Portugal nas terras das Ilhas, Salcete e Bardês. A sua anexação, porém, não foi toda ao mesmo tempo.

Parcelas minúsculas do antigo império marahta, regiões avassaladas pelo rajá do Praganã-Cudale—o afamado Bounsuló—ou pelo potentado do Canará do Sul—o rei de Sundém—as provincias do norte, tais como Perném, Bicholim e Satari,

passaram definitivamente para o domínio português em 1788, pelo tratado de 29 de janeiro, entre o governo deste Estado e o referido Bounsuló de Savantvarim, capital do rajado; as de leste e sul, que são as restantes das N. Conquistas, ficaram anexadas pelo tratado de 17 de janeiro de 1791, entre o seu até então legítimo senhor Savai Bassava Linga, rei de Sundém, e o governo deste Estado. Escusado é

lós, que se não cansavam de infestar as velhas fronteiras, cessou afinal. E, do Tiracol ao Galgibaga, do Indico aos Gates, tanto se estendeu o território português. Em breve se formaram: Novas e Velhas Conquistas. Não vêm os leitores que nestas alturas ocorre perguntar qual foi o resultado; e qual devia e podia ter sido?

Creio que não há duas opiniões sobre este ponto. Verdades palpi-



10. — Tosquiando-se mutuamente

dizer, pois, que antes destes tratados, o domínio português, tanto nas provincias do Bounsuló como nas dos reis Savais, era bastante precário, seja pelas constantes ameaças e incursões daquele nas terras conquistadas, seja pela desconfiada resistência destes para ceder o seu direito ás provincias de Pondá e outras.

\*\*\*

Mas desta ou daquela forma, tarde ou cedo, sempre caíram em poder de Portugal as terras dos potentados circunvizinhos; e a maldita praga dos *punddas* e dos *bounsu-*

tantes de interesse sob todos os pontos de vista — económico, social e moral tem-se dito, no tocante a esse grande problema que eu chamarei o nosso problema das Novas Conquistas. E, em frente de tanta verdade que se disse, e, não obstante essas conquistas continuarem a ser *novas*, quasi tão *novas* como ao tempo da sua anexação, eu tenho a mais funda esperança — pondo na minha esperança uma fé cada vez mais inabalável — de que é nas Novas Conquistas que demora o muito que devemos e podemos fazer para o desenvolvimento económico deste terra que tanto amamos!

E consola-me a certeza de que esta minha afirmação não é absolutamente sem fundamento, pois com prazer verifico a todo o momento que á minha frente se levanta tóda uma muralha de depoimentos autorizados, de homens de estado e de homens de estudos. O que elles teem dito sobre o nosso futuro, referindo se ás nossas regiões das Novas Conquistas! Não podemos, não devemos deixá-las abandonadas á sorte, antes pelo contrário, o dever de nós todos é procurar desenvolvê-las em todos os sentidos, social, económica e moralmente. E quem o diz, são homens de tóda a ordem social e de todos os tempos. Demonstram elles como isto é do nosso dever.

\* \* \*

Um dia, o ministro Jaime Moniz, que referendara o decreto respectivo, foi interpelado no parlamento pelo deputado Lobo de Ávila sobre a reforma militar da Índia, decretada em novembro de 1871. E o malgrado estadista, tomando immediatamente a palavra, justificou-se num longo e brilhante discurso, frisando como era indispensável introduzir melhoramentos nas Novas Conquistas nos seguintes termos: «Os povos das Novas Conquistas não professam o cristianismo, nem receberam ainda os benefícios da civilização. Desde muito que se entregam ao roubo, acompanhado de crueldades. Roubar, ou tolerar que os outros roubem, é dos seus hábitos e costumes, como se pode ver de todas as informações que lhes dizem respeito. Porém, porque motivo, ao me-

nos, não foi ainda combatida com vantagem esta perversa direcção dos hábitos e dos costumes? A causa é simples. Se v. ex.<sup>a</sup> ler os trabalhos publicados acerca da nossa Índia pelos homens entendidos, alguns d'elles filhos da metrópole, se ler as participações officiais, saberá que nas Novas Conquistas, país mais ou menos montanhoso, não há agricultura, não há trabalho regular, não há estradas; há matas, há florestas, há terrenos por desbravar». Foi isso em 1871.

Porém, mais tarde, já nos tempos mais próximos, pensou-se em dar impulso á Índia Portuguesa por meio de congressos provinciais. E, de todos os lados, de cada vez que era anunciado um congresso, surgiam alvitreos apontando para as terras *matosas* do interior. Reiterando a necessidade, apareceram um sem-número de opiniões, entre outras as seguintes que importa recordar:

«Imprescindível e impreterível disse eu que era a obra do fomento agrícola nas Novas Conquistas, porque assim o exige a situação económica do paiz». — F. R. Sócrates da Cruz. (1)

Em Goa, encontram-se desaproveitados extensos campos susceptíveis de cultura, sobretudo nas Novas Conquistas, e que já de há muito estariam aproveitados, dada a densidade da população das Velhas Conquistas, que é das maiores e que podia parcialmente estabelecer-se acolá e arroteá-los, descongestionando as Velhas Conquistas e atenuando o assustador êxodo que há para o estrangeiro». — F. X. Teodoro Miranda. Memória para o 2.º Cong. Prov.

«Isto só para falar das Velhas Conquistas, que estendendo a nossa acção social para as Novas... é o infinito que se abre para a actividade universal». — Roque Correia Afonso. Memória para o 2.º Cong. Prov.

«Aqui há muita pobreza, treva e miséria, e resta tudo por fazer, porque mesmo fronteiras a dentro temos um campo vasto onde empregar a nossa actividade — ora votado ao esquecimento e abandono. Nós para novas conquistas temos as nossas *Novas Conquistas*, que economicamente ainda não foram conquistadas». — L. M. Condorcet Pereira. Memória para o 2.º Cong. Prov.

\* \* \*

Ora estes e muitos outros testemunhos, que também apareceram, fizeram, naturalmente, despertar o interesse público e particular, levando-os a indagar sobre as possibilidades de exploração, sendo ainda neste ponto bastante animadas as opiniões dos entendidos. Isto, porém, não quer dizer que não haja quem oponha um ce to limite ás nossas aspirações, encurtando o indice das referidas possibilidades. (2)

Mas, sempre é certo que sustentando a possibilidade de vários melhoramentos, de incalculável importância económica, nas Novas Conquistas, temos aí não poucos depoimentos de pessoas competentes:

Lopes Mendes, no seu livro «A Índia Portuguesa», tomo II, pag. 26, escreve que «tudo se obteria do excelente solo das Novas Conquistas, se as águas fossem suficientemente aproveitadas para exercerem a sua influência combinada com a do sol abrasador, que ali se respira nos meses de abril e maio». Referindo-se ás matas da Índia, diz no mesmo livro, pag. 130, que elas «são muito valiosas e prometem no espaço de poucos anos atingir um valor muito maior, se forem tratadas, cultivadas e exploradas como merecem».

Num livro da especialidade, que ainda há três anos se publicou nesta terra, lêem-se as seguintes palavras com respeito aos terrenos das Novas Conquistas: «Pertence ao Estado a maior parte destes terrenos de valor latente; parecem esperar por um braço salvador que os redima do profundo esquecimento a que estão abandonados, fazendo ai surgir a actividade agrícola que, desbravando, arroteando, amanhando, adubando, os converte em esplêndidos campos de cul-



11 — Lavando roupa e lavando-se

turas económicas — José Antonio da P. Miranda — «Excelencia da Vida Agricola», pág. 9.

Uma outra opinião autorizada que não largo a oportunidade de transcrever neste lugar é a seguinte, que admite também uma rendosa cultura por aquelas paragens: «Quando os terrenos desta natureza (*mollis* lateriticas) sejam susceptíveis de irrigação — é possível e rendosa a cultura da cana, sacarina, de bananeiras, de hortaliças e arvores frutíferas . . . O coqueiro também cresce bem nas *mollis* das Novas Conquistas . . .» — Pedro Correia Afonso — Suplemento do «Heraldo», vol. I, pag. 59 e 60.

Finalmente, um exemplo prático que eu quisesse apontar em favor das possibilidades económicas, nas Novas Conquistas, seria a florescente Sociedade Patriótica dos Baldios, que é, a um tempo, uma lição viva do espirito cooperativo e prova flagrante de quanto pode a persistência numa empresa começada. Que mais é preciso?

\* \* \*

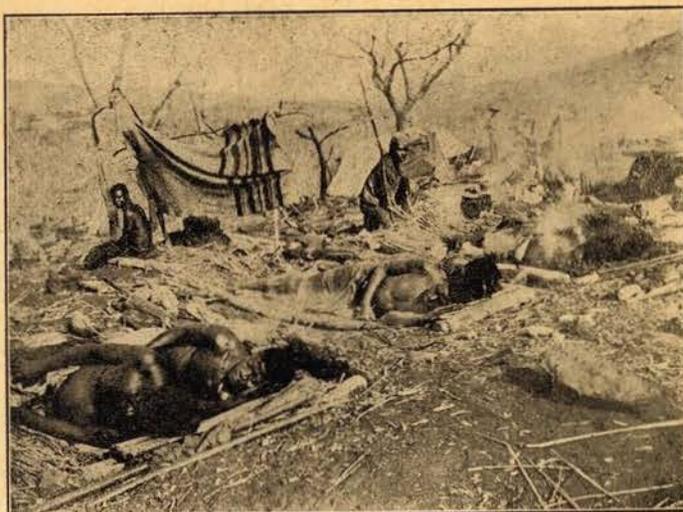
Era precisa a apresentação de meios práticos ou a indicação de alvitres viáveis. Pois, está bem de ver que simples afirmação de possibilidades não era bastante para o fim em vista, motivo por que as afirmações vieram sempre acompanhadas de alvitres. Um sem número de meios práticos fôram sugeridos por vários cidadãos deste país, na imprensa e em conferências, mais particularmente em Memórias para os Congressos Provinciais. Entre outros os seguintes que por acaso fui respigando na vasta seara do Congresso e acho conveniente recordar aos meus leitores:

a) — Imprescindível e impreterível reputo a obra da *colonização* que tenho explanado, na tese — F. R. Sócrates da Cruz. Relatório para o 1.º Cong. Prov.

b) — «Alvitro-se para as Novas Conquistas e para Nagar-Aveli adiantamentos do Estado para auxiliar os agricultores». — José Maria Sá. Relatório para o 1.º Cong. Prov.

c) — «Uma das medidas que mais se impoem é, no meu humilde entender, determinar a entrega aos particulares das terras do Estado, sobretudo as das Novas Conquistas» — E. X. Teodoro Miranda. Memória para o 2.º Cong. Prov.

d) — «Acho que, como medida urgente, devemos, primeiro que procuremos barrar, por meios artificiais a saída dos nossos patricios proletarios, occuparmos-nos da *colonização* devida das Novas Conquistas»



12. — Para dormirem ao relento entre fogueiras

— Roberto Bruto da Costa. Memória para o 2.º Cong. Prov.

e) — «O fundo da Colonização, criado pelo decreto de 30 de dezembro de 1852, seja destinado exclusivamente para o fomento e *colonização* das Novas Conquistas». — L. M. Condorcet Pereira. Memória para o 2.º Cong. Prov.

f) — «Proponho o restabelecimento das comunidades em Satarie Embarcacem nas aldeias não compreendidas nos mocassós dos actuais mercenários; e igual restauração das comunidades do torofo de Cotigão» — F. X. Teodoro Miranda. Memória para o 2.º Cong. Prov.

g) — «Os terrenos oiteirais, próprios para a plantação de arvores frutíferas são abundantes nas Novas Conquistas» — Rau Bhadur G. K. Kelkar. Relatório sobre os melhoramentos agrícolas comunais, pág. 17.

h) — «Melhores caminhos e maiores facilidades de transporte concorrão imenso para o desenvolvimento da região das Novas Conquistas». — Rau Bhadur G. K. Kelkar Ibid., pág. 12.

\* \* \*

Fôram êstes e muitos outros os alvitres apresentados. E bom é recordar que não ficaram, de todo, sem uma solução definitiva. Primeiro, recaíram sobre êles, após larga discussão em plenas assembleas, as conclusões dos congressos. Depois, veio a sanção do governo local que os discutiu e apreciou, reduzindo-os a um diploma que, *malgré tout*, não logrou até hoje a sua almejada efectivação.

As conclusões a que me referi são as seguintes:

a) — Que se promova nas terras das Novas Conquistas o saneamento, a segurança, a facilidade de comunicações e outras condições, de maneira a fomentar a derivação de agricultores para essa parte da nossa provincia, — (1.º Cong., Concl. VII, n.º 3.º).

b) — Vota pelo saneamento das Novas Conquistas, o qual deve obedecer a uma organização especial — (2.º Cong., Concl. XI).

c) — Vota pelo principio do Warrant agrícola (certificados de crédito) nas Novas Conquistas. — (2.º Cong., Concl. XX).

Cá estão, se não me engano, as principais conclusões dos congressos sobre o assunto em questão. E convém não perder de vista que todas elas, assim como os supra-mencionados alvitres, mereceram do governo, como já disse, o acolhimento de que eram bem dignos. Pois bem se sabia que «emquanto que nos concelhos das Ilhas, Bardes e Salcete, a população se comprime, respectivamente, nas densidades de 392, 353 e 497 habitantes por quilómetro quadrado, embarçando se nas dificuldades da luta pela vida e recorrendo a uma excessiva e, por vezes, indesejada emigração, nas terras uberes de Sangué, Quepém, Canácono e Satarie, essa densidade oscila entre 25 e 62 habitantes por quilómetro quadrado, deixando improdutivo vastas áreas com incalculável prejuizo para a economia da Índia» (3). Motivo por que em 1920, o Conselho

## Relações luso-belgas



1 — A gare de Songololo à disposição das forças portuguesas no Congo (1914)

do Governo discutiu e votou um projecto de Colonização Interior, revisto e alterado mais tarde pelo Conselho Legislativo em 1922.

E deixem estar que um dos mais simpáticos projectos de fomento económico e agrícola desta terra era esse da Colonização Interior. Mas, também era certo que, se a colonização não viesse acompanhada de auxilio físico, espiritual e moral, seria apenas mais uma tentativa inutil. E, os senhores sabem que para desbravar uma intelligencia ou um mato nada como uma missão religiosa. Claro está, pois, que, quando pensarmos de veras em colonizar as nossas terras do interior, teremos forçosamente de entregá-las a uma missão religiosa. Não imaginem que a idea é... anacrónica. Já o 2.º Cong. Prov. na sua concl. XXXIV. alinea c) admite a necessidade duma tal medida, como também o distinto magistrado dr. Bragança Pereira, numa das suas Memórias para o dito Cong., a preconizava nos seguintes termos:

«As *Novas Conquistas* não estão cristianizadas. Dir-se-ia que o sópro da civilização por lá não passou... Nas *Novas Conquistas* tem o padre goês vasto campo para a sua actividade bemfazeja. ¿Porque é que o Estado não introduz as *missões religiosas* que levem um raio de luz á treva em que se debatem os pobres *rotos* e *satiarienses*?»

Abundando na mesma ordem de ideas, ainda no ano passado, numa das sessões do 6.º Cong. Prov., o illustre professor sa. Francisco Correia Afonso frisou, judiciosamente, que «era muito bem avisada a lem-

brança da Comissão de Estudos sobre a acção do clero» acrescentando «que se deve dar maior amplitude a essa idea, deixando de parte sectarismos, e pedindo que, pelo menos neste país, que não lhes tem antipatia, sejam introduzidas *missões religiosas* que, pouco pedindo ao Estado, estão fazendo milagres de educação agrícola e industrial na nossa vizinhança.»

Ora depois disto, quere-me parecer que a missão mais bem indicada para o nosso caso era naturalmente a dos pedres salesianos, visto que a efficácia das suas missões encheu hoje de tal modo os países do mundo, inclusivé Portugal, que, segundo ficou rhgistado na ocasião do seu cincoentenário, que passou ainda ha pouco, em novembro do ultimo ano, já em 1910 possuía 341 estabelecimentos espalhados por numerosos países, entre outros Portugal, Macau, Moçambique e India, continuando, ainda depois da grande guerra, a fundar-se novas casas salesianas, sobretudo na Alemanha, Hungria e Jugoslavia, que abrem as suas fronteiras aos filhos de D. Bocco. (4)

\* \* \*

Mas antes de concluir, naturalmente, hão-de os meus leitores querer saber do destino do nosso projecto da colonização. ¿Porque foi que ele encalhou, ele que era digno da melhor sorte e cuja efectivação nos daria desde logo a instalação de 500 casais agrícolas correspondendo a 2.000 pessoas e em 20 anos o número de 1.200 ou sejam mais de 5.000 colonos? A

resposta é facil. Sem dinheiro, que é a mola real de todo o empreendimento económico, não ha efectivação possível de coisa nenhuma. A causa da ruina dessas terras que o autor do livro *A India Portuguesa* fazia consistir na falta de capitais, ainda hoje subsiste. Nem tão pouco, aquela importancia 300.000 rupias que devia sair do fundo do Fomento para a referida colonização, existe hoje, visto o mesmo fundo ter sofrido, posteriormente, modificações varias... E o Crédito Agrícola? ¿O Crédito, cuja instituição se dizia que «havia de satisfazer cabalmente a necessidade do dinheiro»? Nem ele me parece que se dispõe, por ora, a arriscar o seu rico dinheirinho...

Mas, seja como for, é minha fé que, um dia, tomando o Crédito Agrícola sobre si o encargo de emprezar capitais para a instalação de colonos nas provincias do interior — e em meu fraco entender não ha solução diferente, pelo menos na actual situação do país — um largo futuro esta destinado para as nossas *Novas Conquistas*, e, então ninguém duvide que o futuro das *Novas Conquistas* será o futuro da *India Portuguesa*!

ALVARO VIEGAS

(Do *Heraido de Nova Goa*, suplemento ao n.º 9).(1) *V. Congresso Provincial*, por A. M. da Cunha, vol. I. pág. 74.(2) *V. Cong. Prov.* por A. M. da Cunha — vol. II, pág. 127 e segts.—Confr. concl. I do 4.º Cong. Prov.(3) *Jaime de Morais* — *V. Reiatório* ao Projecto da Col. Int.(4) *V. Boletim Salesiano*, vol. XXII, n.º 6

Anunciar na *Gazeta das Colonias*, é contribuir para o progresso e propaganda dos nossos dominios ultramarinos, animando e difundindo as limitadas tentativas de publicações coloniais que entre nós existem.





# Angola

## A fronteira Norte e os caminhos de ferro do Congo

(Transcrito do jornal «O Seculo»)

VIMOS no artigo precedente o interesse que a União Sul-Africa pode ter em nos privar das populações do baixo Cunene, as intrigas que se movem com essa orientação e a necessidade que temos de repelir as pretensões boers acerca das tribus do Ovampo sobre quem exercemos jurisdição conquistada com enormes sacrificios. Era natural que nos occupassemos em seguida de outra questão territorial que está em jogo perante os interesses dos nossos vizinhos, e essa existe na margem do Zaire, limite norte de Angola.

Justamente o *Seculo* acaba de dar o alarme sobre este negocio, por intermedio do seu correspondente em Bruxelas, que teve o cuidado de ouvir o sr. Vandervelde, ministro dos negocios estrangeiros da Belgica, de regresso de Genebra. Ocasião excelente para serem definidas idéas claras; mas o sr. Vandervelde prefere manter reservas calculadas que, não estando em harmonia com as amistosas afirmações de muitos dos seus compatriotas illustres que, nos ultimos tempos, têm proclamado aos quatro ventos da publicidade que se sentem animados das melhores intensões para que se realize um reciproco entendimento comnosco, revelam portanto que o ministro belga das relações externas não abandona aquele espirito sagaz que o levou a confiar numa «evolução do direito internacional», derivada das assembléas de Genebra, para a conquista de um belo porto marítimo com que possa ser dotada a colónia belga do Congo.

Convém, porisso, examinar este problema.

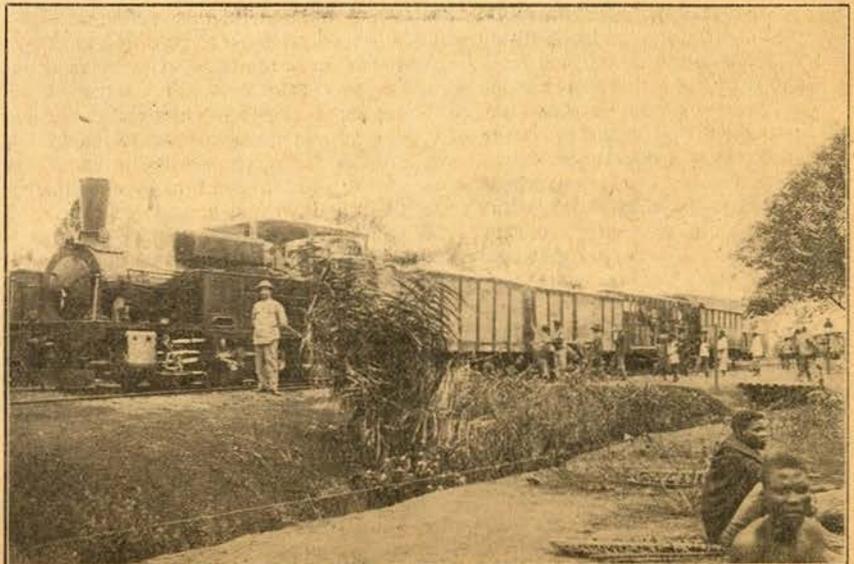
Da acta geral da Conferencia de Berlim, assinada em 1885 pelas potencias interessadas nos territórios da Africa, saíu a organização de um Estado Independente do Congo (hoje colónia belga) organização fomentada

pela Alemanha e apoiada pela America, com o fim de impedir que os países já com interesses radicados no grande continente — a saber: Inglaterra, França e Portugal alargassem e firmassem a sua influencia na Africa Central e designadamente na bacia do rio Congo ou Zaire, que estende as malhas da sua enorme rêde fertilisante a toda a região equatorial. Estes territorios de incalculaveis riquezas, hoje em via de pleno desenvolvimento, ficaram constituindo uma zona de comercio livre, regime que ainda hoje se matém, com portas abertas a todo o mundo por um adequado sistema aduaneiro que exclui pautas diferenciais.

Mas uma saída para o Atlantico, desses países de tão valioso futuro como os que ficaram constituindo o novo Estado Independente, aliás impulsionado pelos organismos financeiros

que se congregaram á roda das iniciativas do rei Leopoldo da Belgica, não existia, estando os portos do litoral e a parte navegavel do Zaire em nosso poder, bem afirmado: pelas numerosas feitorias que retinham o comercio das duas margens do grande rio e o do sertão; pela nossa soberania exercida eficazmente em todo o classico «reino do Congo»; pela acção civilizadora das muitas missões religiosas que nesse velho reino exerceram a catequese e ensinaram as «artes e officios», e finalmente pela difusão da lingua portuguesa, quasi geral entre os nativos. Os padrões que Diogo Cão deixára na foz do Zaire e nas primeiras pedras que interromperam a sua navegação rio acima, inscrição indelevel que ainda hoje é admirada, não tinham sido plantados esterilmente.

Contudo, havia que atender ás novas necessidades da civilização para



2 — Chegada de um comboio a Songololo

o aproveitamento da Atrica Central e assim foram atribuídos ao novo Estado Independente os direitos de soberania sobre a margem norte do Zaire, com os portos de Banana na foz e de Boma no vertice do Delta, enquanto que na margem sul se lhe reservava, dentro dos limites territoriais atribuídos ao mesmo Estado, o porto de Matadi, proximo do termo da navegação do Zaire, porto que constitui ainda hoje o principal esgoto comercial da colónia belga.

Nós, acedendo a estas combinações em 1885, cumprimos o nosso dever, porque não estamos em Africa para embarçar ninguém; á nova or-

a concluir até 1930; provavelmente a de Malange; a inglesa, da Rodésia, já construída até Bucama; e o prolongamento desta para llebo, Leopoldville, Matadi, constituindo a chamada Bécéca (c. f. do Baixo-Congo-Catanga), que só poderá estar concluída em 1935, tendo, aliás, sido decretada recentemente pelo governo belga a paralisação das obras no troço Matadi-Leopoldville, por falta de mão de obra indigena.

Podemos calcular, por esta actividade ferro-viária e pela quantidade de trabalhadores que já hoje se em pregam ás dezenas de milhares naquelas três explorações mineiras, que se

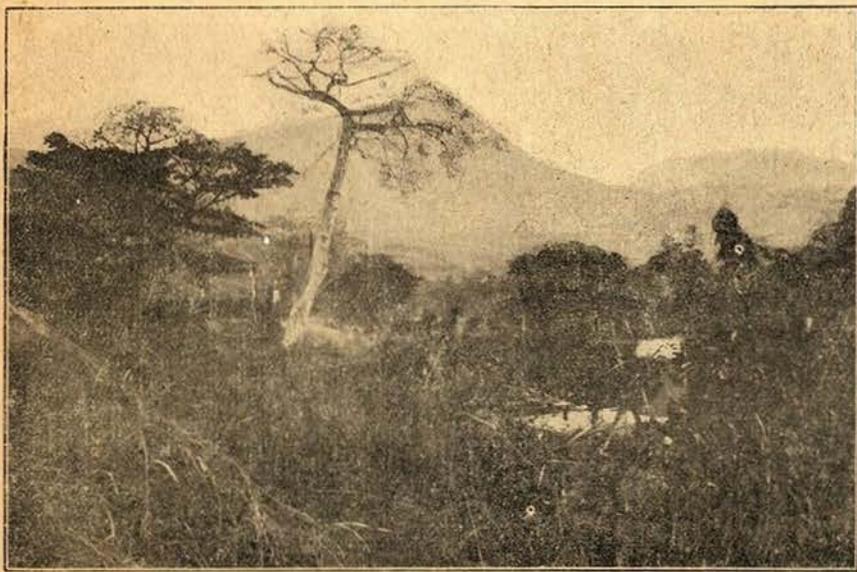
dr. Lacerda e Almeida, governador de Tete, para que «sem perda de tempo faça todas as tentativas imaginaveis para vêr se no centro de Africa ha montes que sirvam de vertentes ao grande rio Cunene, que despeja suas aguas no mar pe a costa ocidental de Africa; para vêr a possibilidade da facil comunicação de Portugal com aqueles rios de Sena, e poder-se tirar do centro da mesma Africa, por meio do comercio com os seus habitantes, as utilidades que o terreno e a industria podem dar, além da principal causa que move Sua Magestade a fazer tão grande despeza, qual vem a ser a redução daqueles infieis ao gremio da Igreja». (\*)

Dos trabalhos do dr. Lacerda e Almeida, que a morte colheu junto ao lago Moero, em plena actividade dos seus trabalhos de investigação geográfica, utilizaram-se muito mais os ingleses do que nós; contudo, uma nova expedição, de que fez parte o major Gamito, foi mandada ao Muata Cazembe em 1732, e uma ultima tentativa aliás frustrada pelos indigenas que habilmente impediram a sua passagem naquela direcção, foi feita, já nas vespéras da Conferencia de Berlim, pelos nossos gloriosos officiaes de marinha, B. Capelo e R. Ivens, quando realizaram a travessia de Angola á contra-costa.

Apezar dos esforços que se fizeram foi um seculo perdido para a nossa expansão colonial em Africa, o que terminou com a Conferencia de Berlim; Angola foi definitivamente separada de Moçambique, e a Africa central, com todas as suas riquezas previstas e imprevistas, foi dividida entre a Inglaterra e a Belgica, (... *tertius gaudet*); nós, com o muito com que, ainda assim, ficámos, conservámos as portas. E' necessário saber guardá-las. Vejamos como isto se consegue, em relação ao Zaire, que é o que está na tela da discussão.

A colónia belga apoiava até há pouco tempo todo o seu sistema de comunicações na navegação fluvial. Onde quer que os rios não pudessem ser utilizados por embarcações de capacidade adequada, lançava-se um troço de linha férrea. Destas linhas, a mais importante e a que ainda liga Matadi («gare» marítima) com Leopoldville (base da navegação fluvial) são uns quatrocentos quilómetros de via reduzida, de 0<sup>m</sup>,60 de bitola.

Aquele sistema, oneroso pela sujeição a inumeros trasbordos e impraticavel para um trafego intenso, tinha de ser posto de parte, mais tarde ou mais cedo. Esse momento chegou, derivado do excepcional desenvolvimento economico da Catanga, de onde já desce o prolongamento da linha



3 — O discutido vale do rio Pôzo, fotografado do comboio em andamento. Ao fundo as vertentes do monte onde ficam situados os tres quilómetros quadrados pedidos pelos belgas

ganização colonial foi, assim, assegurada cabalmente uma saída muitissimo independente; e os nossos colonos do baixo Congo, mudando de soberania, nem por isso deixaram de trabalhar, quanto puderam, em favor da Patria, antes continuaram ali radicando cada vez mais o nome português e a obra da colonização portuguesa, porquanto eles se encontram hoje no comercio do Congo belga espalhados em consideravel proporção, aumentada cada mês com novos imigrantes portugueses que os navios deixam no Zaire.

Hoje, as circunstancias mudaram. Com o desenvolvimento prodigioso da provincia belga de Catanga, que é justamente considerada como uma das mais ricas regiões mineiras do mundo (cobre ouro, diamantes) está em via de execução uma importante rede de caminhos de ferro, de que fazem parte a nossa linha do Lobito,

estendem ao ocidente da região dos lagos, desde o Moero ao lago Alberto, qual será, num futuro proximo, a pleitora de produção da Africa Central e consequente abastecimento; junte-se a este trafego o que resultará, para os citados caminhos, do desvio para os portos atlanticos da maior parte do trafego da Rodésia, que hoje se faz pelo nosso porto da Beira e pelos portos da Africa do Sul, e, evidentemente, procurará as vantagens de uma menor travessia marítima, a caminho da Europa; e teremos assim patente o quadro do brilhante e prospero futuro que aguarda os nossos portos do Lobito, Loanda e Zaire, se soubermos conduzi los desde já para o destino que os espera.

Que surpresas maravilhosas nos traz este grande século XX! Como tudo isto está distante, mais em tempo do que em concepções, daquelas ordens que o Governor de Sua Magestade Fidelissima dava em 1797 ao

da Rodésia, a que acima nos referimos, com destino ao baixo Congo. Este caminho de ferro tem a bitola de 1,067 que é a de todos os caminhos de ferro da Africa Central e do Sul. A colónia belga vai integrar nesta linha a sua via reduzida, que liga Matadi e Leopoldville. Isto exige modificações no traçado e a necessidade de entrar em alguns quilómetros quadrados no nosso território, no vale do rio Pôzo.

Por outro lado, a «gare» marítima de Matadi será insuficiente ao novo trafego, não pôde ser alargada, e dali até ao mar, cerca de oitenta milhas, se o rio Zaire permite a navegação de alto bordo (vinte pés de calado), ela não deixa de estar sujeita a alguns inconvenientes ou riscos; assoreamentos, deslocações do «talweg» principal, estiagem e a passagem do Caldeirão, logo á saída de Matadi; portanto, ressalta a necessidade que a colónia tem de procurar um melhor pórtio marítimo.

Poderia transportar-se a linha férrea para a margem norte, dentro do território belga, e utilizarem-se os portos de Boma ou Banana; mas estes são ainda considerados insuficientes e, portanto, a Belgica lançou as suas vistas para os portos da margem sul, no nosso território, que são, na zona do Delta, Congolala, Quiombo, Quissanga, Porto Rico e Santo Antonio; qualquer deles podendo vir a reunir condições de praticabilidade superiores ás de Boma ou Banana.

Para alcançar qualquer daqueles portos, a colónia belga não precisaria mais que prolongar na margem portuguesa o caminho de ferro de Matadi. Mas um projecto, encerrando mais largas ambições foi concebido, e esse consistia em desviar a linha belga, desde Songololo, dos terrenos difíceis do vale do Pôzo, atravessar francamente o nosso território para alcançar o porto de Quissanga, que era o preferido nos projectos belgas, comquanto esteja hoje verificado pelos nossos engenheiros que não é esse o melhor. Este projecto desapossava-nos da margem norte do Zaire.

E' assim mesmo que foi posta a questão, logo após a guerra, e durante a Conferencia da Paz, alegando os belgas que nós não precisavamos para nada da margem sul do Zaire. Felizmente que estas propostas foram repelidas com exito, cumprindo-nos, como nos cumpre, manter integra a posse da margem sul do Zaire, porque dela exclusivamente deriva a nossa soberania em todo o território que ainda conservamos do Congo.

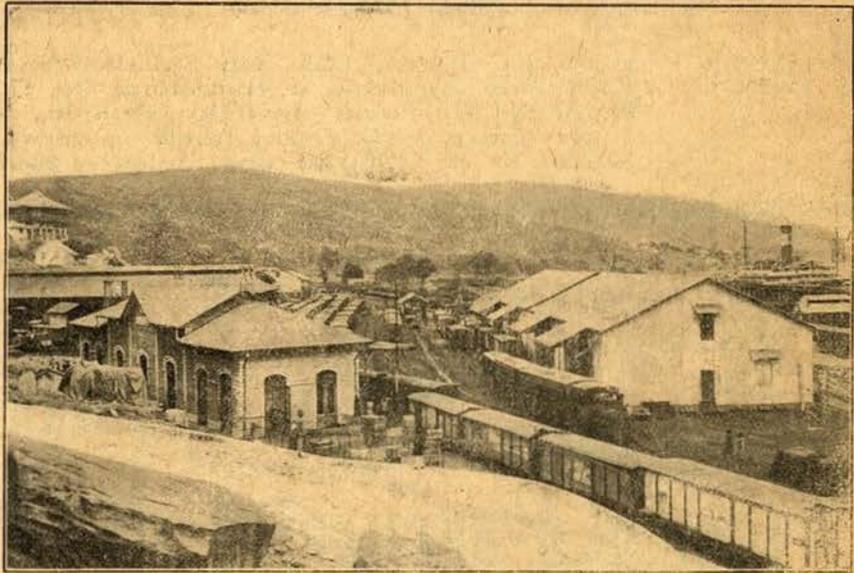
Assim o comprehendeu o primeiro alto commissário da Republica em Angola, que se preocupou desde logo com os projectos de construção de um pórtio no Zaire, capaz de satisfa-

zer as necessidades internacionais, e o da nossa linha ferrea de penetração no Congo, indispensavel á exploração das minas de cobre do Bembe e ao desenvolvimento economico de todo o distrito, onde ha interesses comerciais e agrícolas importantissimos. O insucesso financeiro que interrompeu a obra do sr. Norton de Matos não permitiu que esses projectos passassem de simples estudos preliminares. Por isso mesmo, ainda ha bem pouco tempo foi renovada, embora com o aspecto de amistosos entendimentos, esta questão, que readquiriu, assim, um grande interesse, preocupando a imprensa periodica e não periodica,

3.º—Prolongar, desde Noqui até esse pórtio, por meio de uma linha nossa, o caminho de ferro belga do Baixo Congo.

4.º—Construir a nossa linha ferrea de penetração no Congo, com a sua «gare» marítima no mesmo porto e de modo a servir as minas do Bembe e a região da Damba, em direcção ás quedas do rio Cuango.

Os reconhecimentos tecnicos indispensaveis ao estudo do pórtio e do caminho de ferro de penetração estão saõ derealiz;s ideias sobre estas obras de interesse mundial estão assentes de uma fôrma quasi definitiva. Resta actuar, e sem demora, procurando os



4 — Gare marítima do Matadi. Ao fundo, á direita, uma nesga do Zaire e as construções belgas do Ango-Ango na fronteira portuguesa

e chamando as atenções do nosso «Gremio dos Estudos do Zaire» e as da «Secção de Engenharia e Comunicações», da Sociedade de Geografia de Lisboa.

E' uma questão nacional, que tem de ser resolvida, sem desrespeito pela nossa soberania, dentro das necessidades gerais da obra de colonização e valorização dos territorios africanos. E isto só se conseguirá pela seguinte fôrma:

1.º—Cedencia, ao Congo belga, dos terrenos da margem do Pôzo que sejam indispensaveis (alguns quilómetros quadrados) á modificação do traçado da sua actual linha ferrea no troço comprehendido entre Matadi e Songololo. Isto em nada afectará a nossa soberania no Congo, nem os nossos interesses economicos.

2.º—Construir, quanto antes, no delta do Zaire um pórtio comercial, nosso, capaz de satisfazer ás necessidades do trafego marítimo, não só do Congo português, mas tambem do Congo belga.

meios financeiros onde quer que eles se encontrem, sem o risco de comprometer a nossa soberania, e de fôrma que as obras a realizar nos nossos territorios (*intangíveis!* — deixem passar o desabafo), sejam nossas e apenas nossas.

Mãos á obra, e quanto antes. E' esta uma questão primacial para Angola e para a parte que nos resta do Congo, onde não podemos pensar em servir exclusivamente os nossos interesses. Só assim poderemos afastar do espirito reservado do sr. Vandervelde aquelas esperanças que o dominam duma *evolução do aireito internacional*, favoravel aos seus desígnios absorventes, que, felizmente, não são perflilhados pela grande massa dos nossos amigos belgas, que sempre foram bons vizinhos no Congo.

VELOSO DE CASTRO

(\*) «Instruções» e «Diario de viagem» do dr. Lacerda e Almeida, publicados pelo sr. almirante Gago Coutinho no «Boletim da Agencia das Colonias», n.º 15.

# RICARDO PIRES & C.<sup>A</sup>

LISBOA

RUA DA GLORIA, 72, 1.º D.º

End. tel.º — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338

End.º tel.º—Cabacos—Ilvares

INDUSTRIAL FRIGORIFICA Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, vapores e de peire congelado, na linha ferrea Loanda-Malange).

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA Fabrico mecanico aperfeiçoado de picados, cigarros e charutos

IMPORTADORES

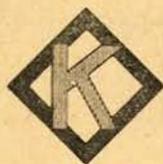
**SERRALHERIA MECANICA**

EXPORTADORES

Societarios  
de :

Elias J& Pires, Ltd., em Sucala — com lias de permuta nas regiões de café  
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd. — (Agricultura.)  
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egipito — (criação de gado e cultura d'algodão e palmares).  
Machada & Ricardo nos Salles — (Cultura de Palmares).

Telegramas  
CAPA



## COMPANHIA AGRICOLO-PECUARIA DE ANGOLA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAES DO

*Fomento Geral d'Angola*

### CULTURA DE CEREAES

### CREAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DE GADO

INSTALAÇÕES

EM

LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO,

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANDULO, QUIPUNGO, CHIBIA, GAMBOS etc.

### CAPITAL E.º 9000:000\$ 00

SEDE EM LISBOA: Rua dos Fanqueiros 12.2º

TELEFONES: C.º 480 e C.º 970

## Raul Leiro, & C.<sup>A</sup>

Novo Redondo e Amboim

Comerciantes e Agricultores

Endereço telegrafico: RAULEIRO

### Plantações de Algodão

### FORNOS DE CAL

Comissões,

Consignações

e Conta Propria

# Boletim da Agencia Geral das Colonias

é uma publicação que deve merecer não só de todos os coloniais, mas de todos os portugueses o mais desvelado interesse.

Assinatura anual	Numero avulso . . . . .	6\$00
	Portugal e Hespanha . .	72\$00
	Ilhas e Colonias . . . . .	80\$00
	Estrangeiro . . . . .	100\$00

Pedidos à Agencia Geral das Colonias:

**RUA DA PRATA, 34**  
Telefone C. 3557

## Marques, Seixas & C.<sup>a</sup> Ltd. LISBOA-PORTO

LISBOA—Travessa dos Remolares, 10. 3.º, Esq.

Telegramas **FERRAMENTA**—Telefone 2914 G.

NOVO REDONDO—Caixa do Correio, n.º 3

Telegramas **SEIXAS**—Telefone 1

*Sortido completo de arminho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.*

### MARINHAS DE SAL

Creação de gado bovino e navegação á vela para todos os portos da provincia.

Grandes plantações de algodão e fábrica de degranamento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo-Redondo.

Grandes depositos de café da Amboim, oleo de palma e coconote das suas roças do Amboim é Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luete e Monte Alto.

**Importação      Exportação**

# Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

**BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS**

**Séde — LISBOA — Rua do Comercio**

**Agencia — LISBOA — Cais do Sodré**

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realiado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiagode Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Principe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimaue Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manáus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

# COMPANHIA DE PETROLEO DE ANGOLA

(ANGOLA)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de Esc. 4.675.365\$00 (ouro)

Pesquisas e exploração de petroleo na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social em LISBOA: RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º Telegramas: ANGOIL

Comité técnico em Nova York --Escritorio em Bruxelas

Presidente do onselho de Administração

Administrador-delegado

Banco Nacional Ultramarino

Ernesto de Vilhena

Direcção técnica: "Sinclair Consolidated Oil Corporation"

45, Nassau Street, New-York

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM AFRICA

Representante

Director técnico

**Coronel Eduardo Marques**

O administrador Mr. CHESTER NARAMORE

Caixa Postal 332 Teleg.: ANGOIL

Caixa Postal 315 Teleg.: SINGOLA

**LOANDA**

**LOANDA**

# COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social: Rua dos Fanqueiros, 12-2.º — LISBOA

Telegramas: DIAMANG

Escritorio em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do Conselho de Administração

Presidente dos Grupos Estrangeiros

Banco Nacional Ultramarino

Mr. Jean Jadot

Administrador-delegado: ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção técnica em Africa

Representante

Director técnico

Tenente-coronel Antonio Brandão de Melo

Mr. H. T. Dickinson

Caixa Postal 347

Teleg.: DIAMANG

**LOANDA**

**DUNDO**

**LUNDA**